

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Bruna Di Fátima de Alencar Carvalho

**A ESTATÍSTICA PARA O CENSO IMPERIAL (1851-1872):
RECENSEAMENTO, CONCEPÇÕES CONTÁBEIS E A CIÊNCIA DE
ESTADO**

Mestrado em História da Ciência

São Paulo
2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

**A ESTATÍSTICA PARA O CENSO IMPERIAL (1851-1872):
RECENSEAMENTO, CONCEPÇÕES CONTÁBEIS E A CIÊNCIA DE
ESTADO**

Bruna Di Fátima de Alencar Carvalho

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História da Ciência, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Alfonso-Goldfarb.

São Paulo
2022

Banca Examinadora

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – Número de Processo 88887.596298/2020-00”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – Process Number 88887.596298/2020-00”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao amigo, confidente e esposo, Eduardo Lucena, pelo amor revigorante no cotidiano e pelo apoio incondicional ao longo dessa trajetória de pesquisa.

À minha orientadora, professora Dr^a Ana Maria Alfonso-Goldfarb, pela dedicação ao trabalho, pela curiosidade e pelas profundas lições a respeito do conhecimento.

Agradeço à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio e financiamento.

Aos meus professores da História da Ciência na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), que me ensinaram a refinar o olhar e o entendimento sobre a ciência e a humanidade e, igualmente, aos meus colegas de mestrado com quem tive bons e necessários debates.

À assistente de coordenação, Camila Fernandes, por toda a atenção, simpatia e ajuda.

A todo o laboratório de História das Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e em especial aos professores Dr. Charbel El-Hani e Dr. Olival Freire Jr, que me acolheram e me despertaram para as belezas que são próprias do olhar em história da ciência.

Aos meus amigos diários, Liliana, Pedro, Andressa e Mayke, por me mostrarem que a amizade é um vínculo construído de afinidades e inquietações compartilhadas.

À minha sogra, Dona Maria das Neves, pela doçura e carinho abundantes.

À minha mãe, Dona Maria Betânia, pelo senso de compromisso e obstinação na vida cotidiana.

À minha irmã, Thânia, pelo constante cuidado e estima.

Ao meu pai, João José, que de vendedor de bananas na feira, mesmo com sua pouca instrução formal, tornou-se o comerciante que domina as contas a lápis e papel e pode oferecer boa educação e criação digna aos filhos.

RESUMO

Programado para ocorrer em 1852, conforme a previsão do Decreto nº 797, de 18 de junho de 1851, e suspenso em razão de uma série de contingências sociais relacionadas às chamadas “Revoltas do Registro”, o primeiro recenseamento geral do território do Brasil passou por um hiato de vinte anos até sua efetiva realização em 1º de agosto de 1872. Dentro dessa janela temporal, novas ideias permearam o projeto de recenseamento, como o conceito de estatística, por exemplo. Assim, à luz da História da Ciência, busca-se investigar o conceito de estatística do século XIX e, por conseguinte, em seu contexto, com suas concepções, métodos e instrumentos que em muito diferem da estatística surgida na virada para o século XX.

Palavras-Chave: História da Ciência. Estatística. Contagem Populacional. Censo de 1872. Censo Imperial.

ABSTRACT

Scheduled to take place in 1852, as provided for in Decree nº 797, of June 18, 1851, and suspended due to a series of social contingencies related to the so-called “Registration Revolts”, the first general census of the Brazilian territory went through a hiatus of twenty years until its effective realization on August 1, 1872. Within this time window, new ideas permeated the census project, such as the concept of statistics, for example. Thus, in the light of the History of Science, we seek to investigate the concept of statistics of the 19th century and, therefore, in its context, with its conceptions, methods, and instruments, which are very different from the statistics that emerged at the turn of the 20th century.

Keywords: History of Science. Statistic. Population Count. 1872 Census. Imperial Census.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	
O Pensamento estatístico do século XIX.....	11
1.1 A estatística que antecede o século XX.....	11
1.2 A segunda metade do século XIX e a profusão de congressos internacionais	16
1.3 Os Congressos Internacionais de Estatística (1853-1876).....	18
1.4 O Brasil no Congresso Internacional de Estatística	23
CAPÍTULO 2	
A estatística no Brasil oitocentista: concepções contábeis e recenseamento (1851-1872)	28
2.1 Precedentes.....	30
2.2 A Ciência de Estado e a Visão de Estatística no Brasil	37
2.3 A Estatística No Período de 1851 a 1870	43
2.4 A Preparação Para o Censo de 1872 (1870-1872).....	51
CONCLUSÃO	55
BIBLIOGRAFIA.....	59

INTRODUÇÃO

Desvelar as concepções de estatística que podem ter chegado a permear o censo de 1872 não é tarefa fácil, mas a partir do diálogo entre fontes e documentos¹ representativos do período torna-se viável estabelecer contornos válidos sobre qual era a estatística do contexto que antecede o primeiro recenseamento nacional.

Previsto originalmente para 1852, conforme a previsão do Decreto nº 797, de 18 de junho de 1851, o primeiro recenseamento geral do território do Brasil passou por um hiato de vinte anos até sua efetiva realização em 1º de agosto de 1872.

Atravessada por uma série de contingências sociais, a intenção imperial de efetuar uma contagem exaustiva de sua população permaneceria no horizonte durante todo o período, geraria declarações em um evento internacional e seria uma lembrança frequente entre os estadistas que ajudaram a edificar os projetos políticos imperiais.

Nessa janela temporal, novas ideias permeariam o projeto de recenseamento, sendo o conceito de estatística uma delas. No teor do Decreto nº 797, de 18 de Junho de 1851 – o decreto do censo que não ocorreu –, por exemplo, não há sequer menção à palavra estatística. Apenas com a *Lei n. 1829 de 9 de setembro de 1870* – lei que retomou os preparativos para o censo – a estatística seria citada, ainda que brevemente.

Assim, busca-se investigar o conceito de estatística no século XIX e, por conseguinte, avaliar seu contexto, suas concepções, métodos e instrumentos, que em muito difere da estatística surgida na virada para o século XX.

Em um processo de intenso desenvolvimento na Europa, o pensamento estatístico do XIX parecia ser contagiante: promoveu grandiosos congressos internacionais, envolveu estudiosos de diversos campos do saber e, em razão de suas aplicações políticas, despertou a atenção dos homens de Estado e difundiu sociedades de estatística e órgãos estatísticos nos Estados nacionais.

De igual forma, uma investigação orientada pelo conceito de estatística em seu contexto também permite evitar anacronismos, uma vez que o passado de uma ciência não pode ser confundido com a mesma ciência em seu passado, conforme esclareceu

¹ Alfonso-Goldfarb et al., “Uma ‘viagem’ entre fontes e documentos.”

Canguilhem².

À luz da História da Ciência, sabe-se que conceitos mudam conforme as circunstâncias epistemológicas e históricas de cada período, de modo que o presente trabalho investiga o processo de desenvolvimento da estatística do XIX dentro de sua trama de conhecimentos.

Assim, tendo-se como ponto de partida de análise o entendimento de que as ideias de continuidade e descontinuidade se encontram entremeadas, procurou-se evidenciar quais são os fios novos e fios mais antigos³ relacionados à estatística utilizada para o recenseamento de 1872.

² Ibid.,15.

³ Ferraz, Alfonso-Goldfarb & Waisse, "Science and History of Science".

CAPÍTULO 1

O Pensamento estatístico do século XIX

1.1 A estatística que antecede o século XX

Tratar da estatística do século XIX demanda diferenciá-la da estatística que seria produzida no século posterior, visto que apenas a partir do último quartel do século XIX, e de maneira mais expressiva ao longo do século XX, a estatística ganharia os contornos que conhecemos na atualidade. Em especial, após o desenvolvimento de uma matemática aplicada à elaboração de modelos probabilísticos avançados e à inferência estatística⁴.

Assim, enquanto a estatística do século XIX basicamente utilizava procedimentos numérico-contábeis a partir de “contas de tinta e papel”⁵, a estatística do século XX, em contraste, passaria a lidar com axiomatizações matemáticas, exigindo tecnologias para o cálculo de grandes quantidades.

Note-se que, conhecida contemporaneamente como teoria das probabilidades, o conjunto dos conhecimentos relacionados à chance de ocorrência de eventos possui em sua trama fios já do século XVII, como são os trabalhos de P. Fermat (1607-1665), B. Pascal (1623-1662), com estudos relacionados ao erro e às probabilidades, e também C. Huygens (1629-1695), basilares para o pensamento estatístico dos séculos seguintes⁶.

Por seu turno, ao longo do século XIX, na teoria das probabilidades surgiram fios mais novos resultantes de duas vertentes distintas: alguns de áreas relacionadas às ciências da vida, como os trabalhos estatísticos do médico F. Galton (1822-1911); outros viriam das nascentes concepções sobre sociedade e tratariam do Estado, por exemplo, os trabalhos do astrônomo A. Quételet (1796-1874). Ambas as vertentes, em sua medida, seriam influenciadas pela Lei da Frequência dos Erros, de 1773, estabelecida pelo

⁴ Morici, “Os Diagramas da Demanda de Alfred Marshall”, 48.

⁵ Alfonso-Goldfarb & Bombini, 18.

⁶ Huygens, por sua vez, elaboraria sua contribuição em 1657 com a publicação do livro “*De ratiociniis in ludo alearum*” no qual introduziu o conceito de expectativa a partir dos estudos de Fermat e Pascal e tratou da aplicação do cálculo probabilístico nos jogos de azar.

matemático e astrônomo Carl Friedrich Gauss (1777-1855)⁷.

Compartilhando um tronco teórico comum mais próximo – a Lei de Frequência dos Erros –, a vertente relacionada às ciências da vida se assenhorou dos usos da estatística em estudos sobre a hereditariedade, como no caso de Galton⁸, enquanto Quételet buscou aplicar a estatística no intuito de evidenciar regularidades numéricas da sociedade⁹.

Nesses termos, a estatística oitocentista aparece como tributária de uma ideia geral de quantificação dos séculos anteriores, mas nem sequer se tratava de uma ideia amplamente aceita no meio científico¹⁰ e tampouco se encontrava “oficializada”, uma vez que não contava com uniformização, padronização nas formas de contagem e análise de dados.

Conhecido como um século de muitos debates na área, não é o século das definições taxativas e uníssonas sobre o que se poderia entender por estatística. Inclusive, nesse período, inúmeros serviços estatísticos dos Estados nacionais europeus ainda estavam se estabelecendo, ou seja, não se tratava de um momento de estatísticas “oficiais”, convencionadas.

Tome-se por exemplo o caso da França, que ficaria reconhecida por sua excelência estatística na segunda metade do XIX: o primeiro serviço de estatística francês, o Bureau de Estatísticas, foi criado em 1800 por Lucien Bonaparte, com vistas a coordenar a realização do primeiro censo francês, em 1801, e levantar outros dados, acabando por ser extinto em 1812. Em 1833, sob o comando de Adolphe Thiers, foi criado um serviço de estatísticas gerais junto ao Ministério do Comércio, serviço este que, em 1840, se tornaria o “Statistique Générale de la France (SGF)”. Nessa esteira, somente em 1860 seria estabelecida a Sociedade Estatística de Paris¹¹.

De modo geral, porém, é possível apreender que a novel ciência estatística – a

⁷ Segundo Morici, hoje essa lei é conhecida como distribuição normal ou gaussiana e trata-se de “representação matemática utilizada para sistemas genéricos de uma única população”. Morici, 51.

⁸ Galton publicou seu livro *Hereditary Genius*, em 1869. Chegou a usar a estatística para tratar de uma possível herança genética da inteligência. Derivariam dessa vertente muitos dos desenvolvimentos que, por fim, ajudaram a estabelecer a estatística conforme hoje conhecida.

⁹ Porter, *The Rise of Statistical*, 41-54.

¹⁰ Veja-se o caso de Marshall, economista do século XIX que apresentava resistência ao uso e desenvolvimento da estatística e da matemática em economia, como estudado por Morici na tese “Os diagramas da demanda de Alfred Marshall e a estatística”.

¹¹ Para mais estudos sobre a estatística francesa, ver Beaud & Prévost, “La Forme est le Fond”.

estatística em intenso desenvolvimento – do século XIX despertou a atenção das nações em suas aplicações como instrumento de poder, aqui sendo cabível tomar a estatística a partir das relações de saber e poder Foucaultianas¹².

No entanto, convém pôr em destaque que a tradição de elaboração de tabelas enquanto instrumento de governo e administração remonta ao século XVII, sendo, portanto, uma forma de organização já bem estabelecida, como será visto adiante.

São, portanto, essas as considerações que precisam guiar a compreensão das feições cabíveis para uma estatística do século XIX: uma “estatística informal”, com formas particulares de levantar dados e estabelecer quantificações, sendo possível notar que “as estatísticas eram em sua origem objetos locais e nacionais”¹³.

Nessa senda, observa-se que as estatísticas surgem como um instrumento de saber que comportava variadas aplicações, mas que essas, no caso dos interesses dos governos, se relacionavam, sobretudo, com os interesses administrativo-políticos que justificam a prática de recenseamento: era preciso conhecer províncias, o tamanho de um povo, recursos disponíveis e características de cada localidade.

Dessa forma, o estudioso R. Cussó¹⁴ aponta que o que precede a estatística durante os séculos XVII-XVIII são as concepções sobre as forças de Estado e a aritmética política¹⁵, concepções que gradativamente passam a perceber e interpretar quantificações para fins governamentais.

Diante de tais aspectos, merece destaque o caso do britânico John Graunt (1620-1674) que, em 1662, publicou a obra *Natural and Political Observations Upon the Bills of Mortality*, na qual procurou extrair significados mais profundos dos números levantados pelas tabelas de mortalidade de uma Londres epidêmica. Tal obra, considerada responsável por deixar o gérmen da ciência estatística, é reconhecida como uma das primeiras a estudar populações e perceber regularidades relacionadas à longevidade de um povo¹⁶.

Nesse aspecto, o estudioso de história estatística, Cussó, considera que a obra de Graunt introduziu um trabalho devidamente estatístico, visto que ele compilou os dados

¹² Foucault, “A Verdade e As Formas Jurídicas”, 17-35.

¹³ Santos, “A Circulação de Ideias de Estatística”, 35.

¹⁴ Cussó, “La Quantification Internationale”, 4.

¹⁵ O conceito de aritmética política será examinado no capítulo 2.

¹⁶ Alfonso-Goldfarb & Bombini, 22.

de maneira sistemática, processou-os e analisou meticulosamente de modo que, na demografia, se evidencia esta obra como a primeira qualificada como científica do ponto de vista dos procedimentos de quantificação¹⁷.

No entanto, como pontuam as historiadoras da ciência Alfonso-Goldfarb e Bombini, mesmo que alguns autores se entusiasmam com a obra de Graunt dada a sua relevância e cheguem a considerá-la o início da estatística moderna, não é esse seu propósito e tampouco seu contexto, visto que o desenvolvimento e estabelecimento da estatística moderna se daria entre os séculos XIX e XX¹⁸.

Há de se tomar tal ressalva para compreender que Graunt, reconhecido comerciante de tecidos e roupas, mesmo depois de receber notório reconhecimento de seu livro por estudiosos e público eminente, esclareceu que tais observações decorriam de sua prática com números. Graunt, ao aduzir que teria “apenas aplicado os cálculos usados cotidianamente em seu comércio”¹⁹, ajudou a ilustrar como o conhecimento estatístico emergia imiscuído em uma diversidade de saberes.

Não obstante, é preciso perceber que a obra de Graunt integra um processo histórico e epistemológico de desenvolvimento da estatística, uma vez que a obra de Graunt acaba por repercutir na obra de seu contemporâneo, William Petty (1623-1687).

Destarte, Petty, médico e matemático – possivelmente responsável pelo desenvolvimento do termo aritmética política –, preconizou a necessidade de recorrer aos números para governar, segundo uma base de princípios relacionados ao pensamento de Sir Francis Bacon (1561-1626)²⁰.

Assim, segundo o historiador da estatística T. Porter²¹, a aritmética política seria um dos conhecimentos que emergiu a partir de 1660, com o espírito da filosofia natural, tendo perdurado por volta de um século e meio²². Por aritmética política, compreenda-se o estudo sistemático dos números sociais que tinha por objetivo, além de cálculos com

¹⁷ Cussó, 4.

¹⁸ As autoras apontam que Graunt, na verdade, inseria-se em um contexto de aquisição de novas formas de contabilizar, visto que data apenas do século XV a introdução paulatina de um novo sistema de contagem, o sistema hindu-arábico, que apresentou para o período uma mudança expressiva no que tange ensino, regras e sua assimilação pela população. Alfonso-Goldfarb & Bombini, 22-29.

¹⁹ Ibid., 25.

²⁰ Morici, 48.

²¹ Porter, 18.

²² Cussó, 4.

natureza de tributo, “a promoção de uma política estatal sólida e bem informada”²³, e que também se relacionava aos conhecimentos de economia política.

Cussó, por sua vez, elucida que a aritmética política introduz um vínculo entre política e estatística, vínculo este que se tornará basilar para ideias de quantificação do domínio social²⁴.

Nesse período, por economia política entende-se o pensamento econômico clássico, com métodos e postulados próprios da escola clássica do liberalismo, com certa aproximação da filosofia moral e que só ao longo do século XIX passaria a ser revista e reelaborada pelos economistas neoclássicos.

“Durante o século XIX, o pensamento dos economistas ditos “clássicos” passaria a ser submetido a revisões mais estritas e rigorosas. Surgiram pensadores com formação técnica em disciplinas – atualmente incluídas dentro das ciências exatas –, que se utilizavam de conhecimentos advindos de áreas como a matemática, a física e a engenharia para a abordagem em temas econômicos. A esse movimento, os estudiosos nomeiam “economia neoclássica”²⁵.

Nota-se então que, no decurso do século XIX, o próprio pensamento econômico passaria a assimilar outras bases e ferramentas. Também nesse século, a admissão da matemática na economia seria discutida, sendo ainda o uso do método dos mínimos quadrados de Gauss, nas ciências sociais, visto com desconfiança por causar o potencial afastamento da economia das questões humanas. Dentro desse contexto muito se debateu sobre a complexificação da estatística, tendo em vista a concepção de que esta deveria desempenhar a função de ciência auxiliar no levantamento de dados, o que majoritariamente aconteceria por tabelas²⁶.

Convém, contudo, não perder de vista que, em “meados do século XIX, um estatístico era um compilador, não um analista”. Isso leva a considerar que outros desenvolvimentos relacionados à estatística não estavam estabelecidos, de modo que a conclusão acerca dos dados apresentados nas tabelas estatísticas não estava sequer na

²³ Porter, 18.

²⁴ Cussó, 4.

²⁵ Morici, 33.

²⁶ Para entender melhor tais desenvolvimentos, ver Morici, 46-54.

alçada de quem as tinha elaborado²⁷.

Conforme veremos neste e no próximo capítulo, o que aparece documentalmente como estatística no século XIX por vezes figura como contabilidade feita com aritmética simples e alguma categorização, como é o caso dos balanços contábeis, registros comerciais, levantamento do número de fiéis de cada província estabelecido por eclesiásticos, registros geográfico-territoriais e outros procedimentos numéricos a ser expressos em tabelas.

Outro ponto crucial consiste em perceber que a estatística, até o século XIX, esteve muito associada à aritmética política e à economia política, bem como ao desenvolvimento do que se pode perceber por atividades de contabilidade social, estimativa de populações e outros tipos de “numeramento”²⁸.

Desse modo, ao longo do século XIX, estatística gradativamente deixou de ser vista enquanto um saber particular, próprio das práticas contábeis-registrais locais, para se tornar um saber internacionalmente debatido em congressos de grande alcance, como se verá a seguir.

1.2 A segunda metade do século XIX e a profusão de congressos internacionais

Visto de longe, os congressos internacionais de estatística poderiam ser tomados como reuniões que iriam em todas as direções²⁹. Assim, potencialmente, todos os assuntos possíveis trazidos pelos participantes seriam discutidos a partir de uma teia de conhecimentos que assimilava às estatísticas.

No entanto, tais reuniões não foram exclusividade da estatística, cabendo considerar que, embora em meados do século XIX os congressos internacionais possam ser considerados um fenômeno novo na Europa, estes tornariam-se rapidamente popularizados entre estudiosos na segunda metade do oitocentos³⁰.

De fato, a segunda metade do oitocentos tornou-se conhecida pela extensa

²⁷ Ibid., 46.

²⁸ Alfonso-Goldfarb & Bombini assim discutem a aquisição da aprendizagem matemática no período e citam o artigo de Thomas, “Numeracy in Early Modern England”, 103-132.

²⁹ Brian, “Bibliographie des Comptes Rendus Officiels”, 9.

³⁰ Randeraad, “The International Statistical Congress (1853-1876)”, 57.

realização de congressos internacionais, nas mais variadas áreas. Logo, especialistas apontam esse período como um momento de muitas aspirações universalistas na ciência, tendo as ideias de colaboração orientado tais reuniões³¹.

Tais aspirações, todavia, não deixaram de encontrar suas limitações, já que mesmo que os vastos interesses científicos de seus participantes tenham ajudado a construir uma percepção de cosmopolitanismo, estes tampouco poderiam deixar de considerar seus interesses nacionais³².

Atenta-se ainda que data da segunda metade do XIX a tendência, que se manifesta em especial nos congressos científicos, de tentar estabelecer acordos sobre unidades físicas, assim como sistemas de nomenclatura, o que faz com que os cientistas percebam seus próprios desafios de comunicação e comecem a tratar da necessidade de estabelecer uma linguagem comum³³.

Ao tomar, portanto, os congressos como um novo formato de transferência de conhecimento³⁴, a preocupação com a uniformização desses conhecimentos seria algo constante, pois, por exemplo, só por meio da uniformização seria possível realizar comparações críveis e verossímeis entre os números e procedimentos apresentados pelos participantes dos congressos. Tanto é que, ao tratar da produção dos congressos internacionais de estatística, como se verá a seguir, suas atas denotam elogios, críticas e sugestões aos procedimentos de coleta, apresentação e categorização dos dados coletados, de modo que a padronização de tais estatísticas também seria um ponto central para o estabelecimento de uma linguagem comum.

Assim, parece acertado compreender que os congressos de estatística parecem ter estabelecido, à época, conexões entre várias iniciativas internacionais de cunho científico no começo da década de 1850, tendo em vista que, naquele momento, a estatística era definida por um conceito amplo, aberto, flutuante e com vastas potenciais aplicações³⁵.

³¹ Fox, "Science without Frontiers".

³² Fox tece essas considerações em relação aos congressos de física, mas explora também como tais perspectivas alcançam o pensamento científico no geral.

³³ Fox, 5-18.

³⁴ Randeraad, 57.

³⁵ Ibid., 54.

1.3 Os Congressos Internacionais de Estatística (1853-1876)

Na Europa, em meados do século XIX, nove congressos internacionais de estatística foram realizados em diferentes cidades, tendo como intuito principal a coordenação das atividades dos escritórios administrativos de estatística³⁶.

Desse modo, de início, pode-se constatar um entrave decorrente de sua amplitude, visto que as próprias fontes do conhecimento estatístico pareciam inesgotáveis, pois tudo aquilo que pudesse ser contado tornava-se ponto a explorar pela estatística do oitocentos. Assim, o estudioso N. Randeraad, inclusive, recorreu à metáfora da Torre de Babel para ilustrar a confusão em torno dos propósitos do congresso³⁷.

Mesmo na primeira metade do século XIX, a maioria dos estados europeus já tinha formado minimamente seus serviços de estatística para fins administrativos. Tais estatísticas institucionais diferiam entre estados e localidades, embora já houvesse entendimento comum da importância da estatística para medir o potencial econômico e social de uma nação³⁸.

Tem-se notícia que desde o primeiro congresso, os tais interesses de harmonização estatística estavam presentes, uma vez que havia uma agenda principal elaborada por comissões preparatórias. Contudo, tal escopo inicial parece ter se perdido em decorrência da “inflação de interesses” dos próprios países organizadores que não titubeavam em adicionar pautas específicas, além da vastidão dos outros interesses das mais de 5000 pessoas que participaram dos congressos³⁹.

Por sua vez, Porter chega a considerar que os diversos debates sobre as possíveis aplicações da estatística também iriam amadurecer ao longo do XIX. Os congressos dos anos de 1860 e 1870, apresentaram, inclusive, amadurecimento acerca dos limites da própria estatística, propondo interpretações que reconhecidamente tratavam da variação como algo inerente aos fenômenos humanos, bem como rejeitando determinismos estatísticos⁴⁰.

³⁶ Brian, 479.

³⁷ Randeraad, 54.

³⁸ Ibid., 53.

³⁹ Ibid., 54-55.

⁴⁰ Porter, 151. Segundo o autor, uma das marcas do congresso de 1869 seria o posicionamento em relação às ciências sociais: não poderiam trabalhar com pressupostos de que os seres humanos são unitários, uniformes, visto a sua natureza mutável, variável.

Diante de tanta efervescência de ideias e interesse acerca das estatísticas, cabe considerar os impasses relacionados à aglutinação, no mesmo congresso, de dois grupos de inclinações antagônicas: de um lado, cientistas e estudiosos de estatística; do outro, representantes políticos dos governos. Assim, Randeraad expõe que, enquanto o primeiro grupo científico-estatístico advogava pela padronização estatística, os representantes políticos não faziam menção de assumir compromissos com padronizações que pudessem “depor numericamente” contra seus governos. Ao final, como os congressos não impunham obrigatoriedade de adoção de suas resoluções, cada governo dispôs de ampla discricionariedade para implementar ou não o teor das diretrizes elaboradas⁴¹.

No entanto, uma vez que os objetivos gerais não foram alcançados – não se realizou a coordenação das atividades dos escritórios administrativos de estatística entre os países –, os congressos passaram a figurar como tentativa de interlocução na construção de um diálogo efetivo para uma padronização estatística posterior⁴², ou mesmo, cabe considerar, a própria existência dos congressos já denotava um avanço no sentido da colaboração científica⁴³.

Ainda acerca dos resultados, é necessário ponderar que os congressos não precisavam ter atingido seus objetivos finalisticamente para serem considerados bem sucedidos, podendo ser interpretados como uma etapa de um processo mais longo, e que só seria concluído no século seguinte.

Nesses termos, ao tratar da produção de estatísticas, convém perceber que, no final no século XIX, os países participantes ao menos assimilavam as estatísticas administrativas como uma especialidade autônoma, ou seja, as estatísticas governamentais já se diferenciavam das demais estatísticas não produzidas pelos entes políticos⁴⁴.

Diante desses aspectos, os congressos internacionais de estatística, no geral, podem ser tomados como ponto de convergência de muitos debates e espaço de

⁴¹ Randeraand expõe que, enquanto o primeiro grupo científico-estatístico advogava pela padronização estatística, representantes políticos não faziam menção em assumir compromissos com padronizações que pudessem “depor numericamente” contra seus governos. Randeraand, 60-61.

⁴² Brian, 479.

⁴³ Fox, 5-18.

⁴⁴ Brian, 21-22.

estudiosos notáveis, em um contexto sociopolítico movimentado. É, pois, dentro desse panorama que a trajetória do astrônomo e matemático belga Lambert Adolphe Jacques Quetelet (1796-1874) pode ser mais bem compreendida.

Apontado como idealizador e organizador dos congressos internacionais de estatística, Quetelet colaborou para o desenvolvimento de campos diversos, seja por seus estudos, que vão desde a astronomia, matemática, ciências naturais, aritmética política e as novas estatística e ciências sociais, seja por sua atuação profissional e política em prol da ciência⁴⁵, tendo, inclusive, imediatamente antes do início dos congressos de estatística, em 1853, organizado o primeiro congresso internacional de meteorologia e oceanografia em Bruxelas⁴⁶.

É interessante notar que o percurso de Quetelet em muito se relaciona ao contexto de criação da Bélgica, em 1830. Nascido em Gante, até então parte do território francês, ao longo de sua vida testemunharia as alterações políticas pelas quais a sua cidade natal passaria, tendo tal localidade chegado a participar do Reino dos Países Baixos e, por fim, à Bélgica independente.

Circulando pela Europa, Quetelet acabou em contato com os conhecimentos gestados em várias sociedades científicas, o que provavelmente colaborou para que se tornasse um entusiasta da difusão da pesquisa estatística na Bélgica⁴⁷, uma das nações que viriam, inclusive, a ser excepcionalmente bem conceituadas pela produção de suas estatísticas.

Conhecido atualmente pela difusão das ideias contidas em seu ensaio de 1835, “Sur l’Homme et le Développement de ses Facultés ou Essai de Physique Sociale”, nesses escritos Quetelet cunha o termo “homem médio” para orientar a aplicação das leis relativas ao homem dentro da chamada “física social”⁴⁸. No ensaio, explicita ainda

⁴⁵ Como no caso do projeto de criação do observatório astronômico da Bélgica, na primeira metade do século XIX. Vide: “Histoire de l’Observatoire”.

⁴⁶ Nessa conferência astronômica e oceânica, por seu turno, o ponto central seria a uniformização dos sistemas relacionados à observação celeste. Para mais detalhes, vide Charlier, “Fratres in Maribus 150 Years Ago”.

⁴⁷ A correspondência de Quetelet permite inclusive notar os muitos contatos do astrônomo e o quanto suas preocupações giravam em torno da expansão da ciência no território da Bélgica, inclusive em razão do projeto do observatório. Vide: “Adolphe Quetelet”.

⁴⁸ Concebida pela primeira vez por Auguste Comte (1798-1857) em sua obra *Cours de Philosophie Positive*, publicada pela primeira vez em 1830, a física social aparece como uma ciência capaz de evidenciar leis naturais invariáveis na dinâmica social, ideais que acompanhariam a corrente positivista durante o período.

seu intuito de tentar preencher uma lacuna que entendia ser existente “nas ciências da observação”⁴⁹, lacuna que tentaria preencher com uma matemática peculiar, uma matemática que permitisse a apreciação numérica dos fatos.

Dessa forma, ao se referir a um “homem médio”, Quetelet tratava os fenômenos humanos como observáveis numericamente através de uma lente de uma lei física e moral.

Desse modo, a ideia de homem mediano apresentou uma baliza para compreender influências, tendências e prever condutas, em especial, quando relacionadas às características físicas dos indivíduos, mas não só elas:

“Acabamos de ver que, não só no que diz respeito às suas qualidades físicas, mas também no que diz respeito às suas ações, o homem se encontra sob a influência de causas, em sua maioria regulares e periódicas; e há efeitos igualmente regulares e periódicos. Podemos, por estudo contínuo, determinar essas causas e seu modo de ação, ou as leis a que dão origem; mas, como já foi dito, é preciso, para conseguir isso, estudar as massas, para eliminar das observações tudo o que é apenas fortuito ou individual. O cálculo das probabilidades mostra que, sendo todas as coisas iguais, nos aproximamos tanto da verdade ou das leis que queremos apreender, quanto as observações abrangem um número maior de indivíduos”⁵⁰.

Veja-se que Quetelet evidencia que a estatística advinda do cálculo das probabilidades precisaria estar fincada em grandes quantificações, dito de outra forma, as observações humanas verossímeis decorreriam de uma quantificação de grandes populações e não apenas do uso de números individuais, particulares.

Assim, em *Sur l’Homme et le Développement de ses Facultés ou Essai de Physique Sociale*, Quetelet esclareceu ser possível observar causas e feitos ao estudar as massas (população) e suas influências como forma de determinar suas leis através do cálculo de probabilidades com o intuito de abstrair características de um “homem médio”.

A partir disso, outro aspecto que merece ser destacado são as concepções de

O próprio Comte, entretanto, considerou que tais leis sociais, dada a imprevisibilidade da sociedade, talvez não pudessem ser desvendadas, o que tornaria a física social pouco ou não viável. Outrossim, vale considerar que o próprio Quetelet tratava da física social de maneira distinta do que preconizou Comte.

⁴⁹ Quetelet, *Sur l’Homme et le Développement de ses Facultés ou Essai de Physique Sociale*, 3.

⁵⁰ *Ibid.*, 13.

Quetelet sobre a periodicidade dos fenômenos, bastante próximas das observações físico-astronômicas com as quais teve grande contato em seus trabalhos sobre ciências e que tenta utilizar para compreender fenômenos sociais:

“Tais tabelas, para casos particulares, só podem fornecer valores mais ou menos aproximados, e o cálculo das probabilidades mostra aqui novamente que os resultados que se deduzem deles e os resultados que se observam concordam tanto melhor quanto mais indivíduos. Assim, embora as tabelas de mortalidade não digam nada diretamente aplicável a um indivíduo, elas apresentam resultados muito confiáveis quando se considera um grande número de pessoas; e é nesses resultados gerais que as seguradoras baseiam seus lucros anuais”⁵¹.

Assim, ao evidenciar que os resultados dos cálculos de probabilidades são afetados pelo volume dos dados fornecidos, Quetelet demonstrava sua tendência por tomar a estatística enquanto um sistema complexo não causalístico, ao passo que reconhecia os seus já atuais usos próprios da aritmética política, como eram os usos para os cálculos dos lucros das seguradoras.

Ainda nesse ensaio, Quetelet apresentou uma seção dedicada a tratar melhor dos procedimentos de categorização e contagem relacionados às “tabelas de população”⁵², no sentido de extrair características gerais dos indivíduos a partir de suas localidades para depois tomá-los como números a fim de representar uma população. Esse procedimento relembra a coleta de dados adotada por John Graunt (1620-1674) em suas tabelas de mortalidade.

Destarte, é esse o panorama do conjunto de conhecimentos estatísticos que estavam em expresso debate e desenvolvimento na primeira metade do século XIX, na Europa. Essa seria a perspectiva, em maior ou menor grau, que figurava nos congressos internacionais de estatística.

Vale destacar que estavam em curso os congressos internacionais de estatística desde 1853, com a realização do Primeiro Congresso Internacional de Estatística, em Bruxelas, no qual a pauta principal foi a centralização das estatísticas dos países e a coordenação dos dados para facilitar comparabilidade⁵³.

⁵¹ Ibid., 14.

⁵² Ibid., 296-310.

⁵³ Cussó, 10; Levi, *Resume of the Statistical Congress*.

O segundo, na Paris de 1855, foi o congresso que parece ter reforçado as resoluções do primeiro, assim como ressaltou a importância de que os usos e produções das estatísticas em consonância com os “braços administrativos”⁵⁴.

No terceiro congresso, ocorrido em Viena, em 1857, havia uma miríade de estatísticas populacionais específicas, etnográficas⁵⁵.

A partir do quarto Congresso Internacional de Estatística (1860), sediado em Londres, o Brasil se fez presente por intermédio de seu representante, Francisco Ignácio de Carvalho Moreira (1815-1906), o Barão de Penedo⁵⁶. Na ocasião, o evento ressaltou as intensas preocupações e estatísticas sanitaristas⁵⁷.

1.4 O Brasil no Congresso Internacional de Estatística

Com iminente carreira como estadista, o alagoano Francisco Ignácio de Carvalho Moreira formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1839, e seguiu em atuação como advogado até 1848, quando ingressou na vida público-política ao ser eleito deputado⁵⁸. Próximo às elites políticas, foi nomeado pelo próprio imperador Pedro II, em 1852, para ocupar o posto de ministro do Brasil, em Washington, adentrando assim à carreira diplomática que seguiria pelos próximos 37 anos⁵⁹.

Ao tratar do percurso do diplomata, C. Amorim elucida que Carvalho Moreira tornou-se renomado a partir da sua atuação como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Legação do Brasil em Londres⁶⁰. No posto londrino, no qual “serviu no longo período entre 1855 e 1889, com breves interrupções”,⁶¹ Carvalho Moreira teve, inclusive, concedido seu título de barão, em 1864, em decorrência de sua postura ao lidar com a “Questão Christie”⁶².

Há de se considerar então que, em um momento no qual o Império do Brasil

⁵⁴ Levi, *Resume of the Second Session*, 4.

⁵⁵ Randerand, 55; Brown, *Report on the International Statistical Congress*.

⁵⁶ Amorim, apresentação para *Um Diplomata na Côte de Inglaterra*, 7.

⁵⁷ Randerand, 56; Hammarck. *Report to the Statistical Society*.

⁵⁸ Amorim, 7-10.

⁵⁹ *Ibid.*, 7-8.

⁶⁰ *Ibid.*, 08.

⁶¹ *Ibid.*

⁶² Nome dado à crise diplomática entre o governo do Império do Brasil e o governo do Império Britânico, deflagrada pelo saque no Rio Grande do Sul no navio britânico Prince of Wales.

aspirava realizar a “construção da ordem”⁶³, que seria erigida por meio de um corpo burocrático pensado para abrigar as elites político-estatais, o cargo concedido a Carvalho Moreira tinha como intuito basilar a exaltação e projeção do território nacional diante de assuntos externos.

Feitas tais considerações, pode-se apreender melhor a atuação do representante do Brasil na quarta sessão do Congresso Internacional de Estatística, ocorrido em julho de 1860, em Londres, e documentada no relatório oficial da sociedade estatística de Londres, publicado pelo *Journal of the Statistical Society of London*, em março de 1861, de autoria de James T. Hammack⁶⁴.

O relatório, após narrar brevemente os aspectos de organização e intenções, registra em seus anais a segunda-feira, 16 de julho de 1860, como a data de início dos trabalhos do quarto Congresso Internacional de Estatística, além de explicitar que a maioria dos delegados oficiais – representantes – havia chegado a Londres na semana anterior⁶⁵.

Essa ênfase não pode ser desconsiderada, uma vez que demonstra o reconhecimento dos organizadores acerca das distâncias percorridas pelos participantes, além de servir como uma forma de ressaltar a magnitude do evento:

“Vinte e quatro países diferentes, incluindo os principais Estados da Europa, os Estados Unidos da América e o Brasil, estiveram representados; e, além disso, participaram representantes de treze das mais importantes colônias britânicas. Os delegados nomeados para a Sardenha e para o Canadá infelizmente não chegaram a tempo”⁶⁶.

Note-se que, das Américas, apenas os Estados Unidos e o Brasil enviaram representantes, sendo o Brasil o único país da América Latina. Embora em 1860 muitos dos países da América do Sul, oriundos de uma América Espanhola fragmentada, firmavam suas independências e estivessem consolidados enquanto repúblicas, em dessemelhança tem-se o Brasil, que havia mantido tanto sua estrutura monárquico-imperial como a grandiosidade do território quase intactos.

⁶³ Vide o desenvolvimento do termo por Carvalho em *A Construção da Ordem*.

⁶⁴ *Journal of the Statistical Society of London*, 1861, 1-21.

⁶⁵ Hammack, 7.

⁶⁶ *Ibid.*, 7. Tradução nossa.

O relatório continua a descrever os acontecimentos e os participantes, o que permite observar como não se tratava de uma reunião meramente técnico-científica, mas com forte viés e apelo político, visto que muitos integrantes compunham o alto escalão dos mais variados governos.

A cerimônia de abertura contou com o prestígio da nobreza londrina, assim como exaltosas deferências à ciência estatística – ciência que serviria de guia político aos homens de Estado:

“No grande salão do King's College estavam reunidos, além dos delegados oficiais, vários Embaixadores e Ministros estrangeiros, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, o Presidente da Junta Comercial e outros Membros do Governo, Lord Brougham, Conde Stanhope, o Conde de Shaftesbury, e outros nobres senhores, vários membros da Câmara dos Comuns e cerca de 400 cavalheiros, incluindo os chefes das principais sociedades científicas e eruditas da metrópole, que foram especialmente convidados a participar dos trabalhos do congresso. Dispostos em sessão prévia os assuntos da nomeação dos oficiais e do acordo sobre as regras para o regulamento da assembleia, Sua Alteza Real o Príncipe Consorte assumiu a presidência, às 16h00, e abriu o Congresso com uma sessão inaugural.

Não menos notável por sua eloquência e espírito filosófico, do que por seu caráter eminentemente prático e perfeita adequação à ocasião. Este admirável endereço foi impresso em nosso jornal. A proposta de Lord Brougham, de que a reunião desse vazão aos seus sentimentos de gratidão e respeito a esta Alteza Real pelo sinal serviço prestado por ele à ciência estatística, foi recebida com entusiasmo”⁶⁷.

Com uma organização das sessões que permitia a cada representante expor o estado de coisas estatístico de sua nação, assim como assistir às exposições dos demais, a apresentação do Brasil aconteceu no terceiro dia do evento.

Conduzida pelo delegado oficial brasileiro, Carvalho Moreira, anunciado como ministro brasileiro em Londres, a comunicação, inicialmente, tratou da importância atribuída aos fenômenos sociais pelo governo parlamentar brasileiro, como corroborado pelas estatísticas apresentadas na sequência.

Carvalho Moreira expôs os relatórios elaborados por cada um dos ministros – Interior, Finanças, Justiça, Marinha, Guerra e Relações Exteriores – ⁶⁸, constando

⁶⁷ Hammarck, 7. Tradução nossa.

⁶⁸ Ibid., 11. Tradução nossa.

comentário de que “esses relatórios apresentavam às duas Câmaras uma visão completa do progresso do Império, conforme demonstrado por tabelas estatísticas cuidadosamente e sistematicamente organizadas”⁶⁹.

Por seu turno, o ministro brasileiro não deixaria de tecer considerações sobre as circunstâncias políticas e estatísticas do Brasil:

“Ao separar-se do Estado-mãe há trinta e oito anos, o Brasil se encontrara no gozo de todos os elementos da independência, mas até então deixara de contar o número do povo, – nações, como indivíduos, observou bem o delegado, sendo propensos a deixar incalculável a riqueza de que possuem a posse incontestada –, mas agora estavam em andamento os preparativos para a realização do primeiro censo, um trabalho acompanhado de dificuldades inusitadas no vasto país que se estende sobre a bacia do Amazonas”⁷⁰.

Curiosa é a menção ao censo, que pode ser vista como uma justificativa pela não apresentação de números oficiais, números decorrentes de coleta direta, como pode soar uma espécie de reconhecimento das discrepâncias entre Brasil e Europa, visto que esta já contava com uma farta “cultura de contagem” e recenseamentos.

Por outro lado, tais declarações podem ser interpretadas também como uma forma de demonstrar o interesse monárquico na realização do censo – que poderia ser entendido, de antemão, como um procedimento grandioso, dadas as dimensões do território brasileiro –, bem como o reconhecimento da sua importância, inclusive, por sugerir que estaria em preparo.

Por fim, sobre a apresentação brasileira, consta no relatório do congresso internacional que “a Sociedade de Estatística fundada no Rio de Janeiro, em 1854, havia coletado materiais para as estatísticas gerais do império; tinha filiais nas províncias e publicava um jornal trimestral”⁷¹. Essas declarações soam visam igualmente demonstrar um compromisso com o conhecimento estatístico, do mesmo modo que denotam a existência de estudiosos da novel ciência estatística no território brasileiro.

No entanto, após as profícuas deliberações dos três congressos anteriores no sentido de ressaltar a essencialidade de um serviço interno para elaboração de

⁶⁹ Ibid., 12.

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ Ibid., 12. A Sociedade de Estatística de 1854 será melhor abordada no próximo capítulo.

estatísticas administrativas nacionais, a ausência de considerações sobre um departamento ou uma diretoria de estatística talvez tenha causado certo mal-estar, mesmo que intrínseco.

Assim, para que se possa compreender tal panorama é preciso relembrar que a primeira tentativa de realização do censo monárquico data de 1851. O intento acabou frustrado em decorrência de revoltas provinciais, de modo que sua realização só aconteceria, de fato, em 1872, com a coordenação da novel Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871.

Veja-se que, após 1860, ano da realização do Congresso Internacional de Estatística com participação brasileira, o Império do Brasil esperaria mais 12 anos até a realização da primeira contagem oficial de sua população.

No entanto, como se sabe, nesse intervalo outros “números de estado” seriam utilizados, visto que antes de 1872, a produção das estatísticas nacionais foi, muitas vezes, produzida pelos “homens de estado”. Por meio de estimativas informais, buscavam fornecer uma contagem aproximada relativa à população, ao comércio e ao território, como discutiremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A estatística no Brasil oitocentista: concepções contábeis e recenseamento (1851-1872)

O presente capítulo busca investigar as relações entre concepções estatísticas e concepções relacionadas à contagem de população, visto que entre 1851 e 1872 o *Império do Brasil* reconheceu a necessidade da realização de um recenseamento a nível nacional. Como se verá, a primeira tentativa de realização do censo monárquico data de 1851, tendo, porém, sido fracassada e apenas retomada na década de 1870.

Documentalmente, portanto, é possível observar tal panorama pelo teor do *Decreto nº 797, de 18 de Junho de 1851*, que buscava preparar e informar acerca da coleta de dados relativos à população do território brasileiro. Nesse ínterim, o *Decreto nº 907, de 29 de Janeiro de 1852* suspendeu a execução do decreto anterior que tratava da organização do censo geral do Império, o que se deu como forma de recuo administrativo-político em razão da deflagração de movimentos populares conhecidos por “revolta do registro”, como é consenso entre os especialistas⁷².

Nesses termos, por revolta do registro ou afins compreenda-se um conjunto de revoltas ocorridas logo após a publicação do *Decreto nº 798, de 18 de Junho de 1851*, que punha o Estado como responsável pelos registros de nascimento e óbito e que, portanto, retirava poder das igrejas.

Publicados juntos, ambos em 18 de junho de 1851, tanto o *Decreto nº 797*, que tratava do censo, quanto o *Decreto nº 798*, implicavam em mudanças no registro, configuravam tentativas de alterações administrativas no que concerne o conhecimento da população pelo Império, porém tais mudanças parecem ter enfurecido os grupos mais vulneráveis e receosos do recrudescimento da escravidão⁷³.

Com um roteiro assemelhado de ação, tais revoltas consistiam em rasgar os

⁷² Embora a revolta possa apresentar outros nomes – Revolta do Ronco da Abelha, Guerra dos Marimbondos, Revolta de Pau D’Alho –, é consenso entre os estudiosos do censo de que a primeira tentativa de contagem a nível nacional não ocorreu por conta da reação contra a laicização dos registros de pessoa e instauração única do registro civil, em detrimento dos registros paroquiais. Localizada especialmente nas províncias de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará, também se pode constatar agitação por motivos semelhantes nas províncias de Sergipe e Minas Gerais. Para mais detalhes, vide: Ferreira de Oliveira, *O Ronco da Abelha* e também Senra, *História das Estatísticas Brasileiras*, v.1, 147-161.

⁷³ Ferreira de Oliveira, 120-127.

editais afixados que abordavam o teor dos decretos, intimidar juizes de paz e autoridades policiais com o intuito de impedir seu cumprimento⁷⁴.

Como sequência das revoltas, os decretos foram suspensos. Tem-se um período de duas décadas nas quais o censo passaria a ser permeado por ideias estatísticas, o que se percebe pelo fato de que no teor do Decreto nº 797, de 18 de Junho de 1851 – decreto do censo não ocorrido – não há sequer menção à palavra estatística.

Entretantes, percebe-se o aumento da preocupação imperial com o levantamento de dados relativos à população e ao território, momento no qual, inclusive, a estatística foi melhor compreendida como um instrumento importante para a construção do Estado Nação, ou mesmo como recurso retórico exarado pela classe política⁷⁵.

Assim, só com a *Lei n. 1829 de 9 de setembro de 1870* – lei que retomou os preparativos para o censo – a estatística é brevemente mencionada, somente em uma passagem mandamental, visto que se determinava a criação de uma “Directoria Geral de Estatística”.

De maneira mais detalhada, o *decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871*, “Crêa na Côrte do Imperio uma Directoria Geral de Estatística”, que ficou conhecida como DGE; tratava incumbências, composição, atribuições dos membros e descrevia atividades estatísticas relacionadas ao censo de 1872.

Nessa esteira, o *decreto nº 4.856, de 30 de dezembro 1871*, mandaria proceder o primeiro censo do império, estabelecendo, inclusive, sua data, conforme o teor do artigo 1º ao dispor que “o primeiro recenseamento da população será feito simultaneamente, em todo o territorio do Imperio, no dia 1º de Agosto de 1872”, tendo tal data sido finalmente cumprida.

Busca-se, então, diante desse contexto, investigar as concepções de estatística junto ao aparato administrativo-burocrático do Império do Brazil que possam ter se relacionado ao censo de 1872, primeira contagem populacional direta e extensiva do Brasil.

⁷⁴ Ibid., 121.

⁷⁵ Como se viu na apresentação de Londres, no capítulo anterior.

2.1 Precedentes

Tributário de uma estrutura político-administrativa colonial que em muitos pontos seria desfeita e refeita⁷⁶, o Brasil, ao longo do século XIX, tornou-se uma entidade política com pretensões quantitativas bem estabelecidas, circunstâncias diante das quais o termo estatística passa a ser empregado.

Assim, no começo do século do século XIX, o Brasil deixaria de ser uma mera colônia de Portugal para, como elucida a historiadora M. O. Dias⁷⁷, passar por um processo de interiorização da Metrópole com a chegada da Família Real (1808); e, nos anos seguintes, ser alçado à condição de “*Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*” (1815).

Na sequência, passou também pelo processo de Independência (1822), que resultou no “*Império do Brasil*” (1822-1889), findo com o golpe militar de 15 de novembro de 1889, que só então instaurou a República Federativa, forma de governo que perdura até os dias atuais, com as suas devidas atualizações jurídico-políticas.

Essas mudanças político-administrativas, por sua vez, carregariam muitas das continuidades das estruturas e práticas portuguesas-bragantinas, como a literatura sobre o assunto destaca de maneira uníssona⁷⁸. Pode-se, porém, analisar a ideia de estatística como uma exceção a tais estruturas, vez que seu conceito só passa a ser explicitado legislativamente em 1870, com a já mencionada Lei nº 1829.

Não obstante, é possível constatar que na primeira metade do século XIX havia noções de estatística no Brasil. Percebe-se, contudo, que não existiam conceitos definidos sobre estatística, e nem poderia haver, dado que os debates ainda estavam em desenvolvimento, em vários centros mundiais, como visto no capítulo 1.

Nessa senda, no que pese a existência de interpretações, em estudos modernos, que advoguem pela existência de uma estatística própria de uma tradição luso-brasileira, voltada à “produção de dados estatísticos em nível local, embora sem uma tradição centralizadora de coleta e análise”⁷⁹, não parece que isso seja o bastante para configurar

⁷⁶ Dias, *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*, 7-150.

⁷⁷ Dias, 7-38.

⁷⁸ Chalhoub, “População e Sociedade”; Carvalho, *A Construção da Ordem e Teatro de Sombras*; Mattos, *Tempo Saquarema*, 258.

⁷⁹ Santos, 29.

uma tradição estatística.

Por conseguinte, faz-se importante reforçar que a padronização e centralização estatística serão marcas apenas do século seguinte, sendo próprio do século XIX a difusão de ideias estatísticas e o intenso debate sobre suas formas de elaboração. Uma das poucas práticas estabelecidas, por seu turno, como visto, seria o uso da tabulação de contagens, que já remonta ao século XVII, ainda longe de configurar um conceito estatístico moderno.

Nesse compasso, durante o período do oitocentos, o território do Brasil passaria, gradativamente, a ser conhecido de maneira mais abrangente interna e externamente e, como se verá, a estatística própria do período ajudaria a descortinar tal panorama. Desse modo, a curiosidade relacionada ao território brasileiro⁸⁰ parece ter sido aguçada à medida que o país tomava corpo e se estabelecia enquanto entidade política autônoma e soberana, contexto no qual se situa a produção e boa parte da recepção dos chamados ‘almanaques’, publicações periódicas que apresentavam um compilado de informações diversas sobre o mundo, as sociedades e os aspectos locais⁸¹.

Nesse sentido, em estudo documental sobre os almanaques, D. Magri acredita que o “Almanach do Rio de Janeiro para ao anno de 1816” tenha sido um dos primeiros no Brasil. Nas décadas seguintes, inúmeros outros almanaques apareceriam e se diversificariam. Um ponto a destacar é que nesses almanaques as informações eram apresentadas, muitas vezes, por meio de tabelas ou grandes listagens, tendo-se notícia, inclusive, do aparecimento da palavra estatística nos almanaques a partir da segunda metade do XIX⁸².

Além disso, ainda é possível perceber que ao longo do período avolumam-se os

⁸⁰ O oitocentos é também o século de interesse dos viajantes naturalistas europeus em relação ao Brasil. Vieram ao Brasil na primeira metade do século XIX nomes como Johann Baptist von Spix (1781-1826); Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868); Johann Natterer (1787-1843) e Alfred Russel Wallace (1823-1913), dentre outros.

⁸¹ Magri, Dirceu. "De almanach a almanak: um olhar sobre dois importantes almanaques." *Convergência Lusíada* 32.46 (2021): 230-258.

⁸² Dirceu, "De Almanach a Almanak", 241. Um dos almanaques mais conhecidos seria o “Almanak Laemmert”, publicado entre os anos de 1844 e 1889; editado e publicado no Rio de Janeiro pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert. Passando por várias mudanças em sua linha editorial, em 1883, seria impresso sob o título *Almanak Administrativo e Industrial do Imperio do Brazil* e o seguinte subtítulo “Obra Estatística e de Consulta, Abrangendo Todas as Provincias do Imperio” 251.

Acredita-se, portanto, que haja espaço para quem queira pesquisar sobre como a estatística aparece nos almanaques.

estudos e levantamentos de natureza descritivo-numérica a respeito do Brasil⁸³. Esse parece ser o caso de “A Estatística Histórica-Geográfica da Província do Maranhão”, de 30 de março de 1822, elaborada por Antonio Bernardino Pereira do Lago (1777-1847), que assina como “Coronel do Corpo d’Engenheiros, em comissão na mesma Província”⁸⁴.

Lusitano em passagem pelo Brasil, pouco se encontrou sobre o autor, sendo possível apreender apenas de que se tratava de um indivíduo de trânsito facilitado, grande curiosidade intelectual e com gosto por narrar suas impressões sobre os lugares que visitava⁸⁵. Sua obra, impressa na tipografia “da academia real das sciencias”, em Lisboa, alguns meses antes da Independência e endereçada ao “soberano congresso das cortes geraes, extraordinárias, constituintes da monarchia portugueza”, apresentou, como justificava, o ânimo de colaborar com a “administração geral” da “Nação Portugueza”⁸⁶.

Desarte, ao longo de toda a obra evocou a abundância de natureza e riquezas do território brasileiro à disposição do governante, ou seja, à disposição de quem teria o verdadeiro interesse de bem administrá-la.

É nessa acepção que a estatística é apresentada no exemplar: como uma ciência relacionada à análise dos “factos geraes” da economia política a partir da observação dos “factos particulares” e sem recorrer ao “cálculo de probabilidades”:

“A Estatística (I), que só destes se occupa, torna-se de igual importancia, e necessidade. A Estatística pois, sem estabelecer hypothesis, nem recorrer ao calculo de probabilidades, recolhe só factos escrupulosa, e exatamente observados, e apresentando-os com ordem, e clareza, separados entre si, e até em tempos, com facilidade conduz o espirito a huma combinação rigorosa; deste modo pela enumeração de factos particulares, e pelo desenvolvimento de todos os elementos, que podem ter influencia próxima, ou remota, sciencia faz conhecer as forças existentes, e adquiridas, os meios promptos, e disponíveis, para conseguir-se o augmento, e prosperidade de hum Estado. Eis aqui o circulo de todas as suas indagações, e tudo que ficar fora daquela circumferencia, lhe fará perder a regularidade, e simplicidade de seus

⁸³ Nesse período, elaboraram-se muitos mapas relacionados aos mapas geográficos, e outros estudos descritivos que apresentavam memórias geográficas, histórias, políticas e econômicas das localidades. Para conferir mais, recomenda-se a seção de cartografia da hermeoteca digital da Biblioteca Nacional.

⁸⁴ Lago, *Estatística Histórica-Geográfica da Província do Maranhão*, 1.

⁸⁵ Castanheira, *Exílio e Escrita de Viagem ao Tempo do Liberalismo*, 187.

⁸⁶ *Estatística Histórica-Geográfica da Província do Maranhão*, 1-4.

princípios.”⁸⁷

Note-se que a estatística aparece como um saber diretamente relacionado à administração de riqueza pelo Estado, com o intuito produzir prosperidade. Na justificativa de abertura da obra, há de se notar a ressalva acerca da necessidade de que a estatística não seja tomada apenas enquanto matemática – ou seja, apenas associada aos números –, mas como produtora de “certeza moral”.

Essa certeza permitiria fazer escolhas acertadas para os “negócios públicos”, ao invés de governar com base em indagações desarrazoadas, “filhas do capricho e do despotismo”, o que denota a visão de que a estatística seria o instrumento político responsável por orientar a arte de governar⁸⁸.

É, portanto, enquanto instrumento de governo que a estatística apareceria na primeira metade do século XIX, sendo comum ainda encontrar o termo relacionado à geografia, ao comércio exterior, a interesses econômico-político e afins; e, por seu turno, só os homens de Estado poderiam extrair análises. Nessa direção, a *Collecção de Mappas Estatisticos do Commercio e Navegação do Imperio do Brasil no Anno Financeiro de 1841-1842*⁸⁹ ajuda a ilustrar esse fato.

Editada e publicada pela Typographia Nacional no Rio de Janeiro, em 1848, essa coleção, de autoria da Alfândega do Rio de Janeiro⁹⁰, foi elaborada por uma chamada “Sala Comissão de Estatística do Thesouro Público Nacional”, dirigida por Eusebio Severino Correa Lobão⁹¹: “Exercido por meio d’importação, exportação, reexportação e baldeação, sob à inspecção e fiscalização das alfandegas, e mesas de consulado no anno financeiro 1841-1842”⁹², os mapas estatísticos apresentados não são mapas, se tomados a partir do sentido cartográfico contemporâneo. Esses mapas, na vedade, são

⁸⁷ “*Collecção de Mappas Estatisticos*”, 7

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Tais coleções estão disponíveis no site que promove a memória estatística do Brasil na Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro e podem ser encontradas para outros biênios. Escolheu-se o biênio de 1841-1842 por ser esse o registro mais antigo que consta no acervo digital. Vide: “*Collecção de Mappas Estatisticos*”.

⁹⁰ É importante esclarecer que a paginação da obra é irregular. No site, consta o aviso de que se trata de obra deteriorada que, posteriormente, foi recuperada por restauração. Dessa forma, serão feitas as devidas referências às páginas digitalizadas na ordem que aparecem.

⁹¹ Não foram encontradas mais informações sobre a referida comissão e seu diretor, que aparecem citados em observação de roda-pé no final de todas as tabelas apresentadas.

⁹² “*Collecção de Mappas Estatisticos*”, 1.

descrições numéricas feitas por meio de tabelas e organizadas segundo princípios e práticas numérico-contábeis.

Note-se que tais números são de interesse estatal dada a sua relevância para o tesouro nacional que, por meio de transações, poderia se valer da incidência de impostos, controlar gêneros, origem e volume de exportações e importações e orientar o comércio entre as nações, conforme a importância política e econômica das atividades.

Vale destacar que os mapas gerais foram elaborados a partir de outros mapas – diferentes relações – fornecidos pelas Alfândegas das províncias e, na ausência de elaboração por alguma das províncias, os números inclusos nos mapas gerais são equiparados em documentos locais e que permitiam o controle de mercadorias⁹³.

Veja-se então que a *Collecção de Mappas Estatísticos do Commercio e Navegação do Imperio do Brasil* demonstra o esforço da novel administração pública brasileira em compilar dados que permitissem conhecer, mesmo que de maneira aproximada, a atividade mercantil brasileira.

Interessante perceber que os muitos mapas apresentados constam quase sempre com observações no rodapé, após a apresentação da relação. Essas notas, por seu turno, demonstram o ‘esforço numérico’ feito para conseguir realizar os cálculos, vez que a administração pública acabava por precisar utilizar informações equiparadas quando da sua ausência em razão da não elaboração de outros mapas – estatísticas – que deveriam ter sido preparados pelas alfândegas das províncias, ou mesmo em razão da elaboração com erros, o que causava distorções nos valores apresentados⁹⁴.

Veja que as distorções não eram pequenas. Como aponta o caso do mapa nº 41, “mappa das mercadorias nacionais despachadas e exportadas para paizes estrangeiros”⁹⁵, no qual se esclarece:

“O rendimento de exportação propriamente dita, calculado sobre os valores das mercadorias classificadas no presente mappa, reunido com os outros rendimentos, dá a importância total de 139.612\$499, que

⁹³ Conforme mapa: “*Collecção de Mappas Estatísticos*”, 6.

⁹⁴ Veja o caso do mapa nº 3 “Quadro Recapitulativo dos Resultados do Commercio de Cabotagem de Humas para Outras Províncias do Imperio do Brasil, no anno financeiro de 1841-1842” no qual os mapas de produtos de exportação não continham o valor das mercadorias. Assim, para possibilitar o cálculo, atribuiu-se às mercadorias exportadas o mesmo preço das mercadorias importadas. “*Collecção de Mappas Estatísticos*”, 25.

⁹⁵ “*Collecção de Mappas Estatísticos*”, 212-214.

comparada com a demonstrada no resumo organizado á vista do Balanço da Thesouraria, junto a coleção sob nº[...]⁹⁶,apresenta huma diferença de 20.030\$239 a favor da arrecadação, que pode ser atribuída á erros, que porventura existão nos valores classificados no mappa remetido ao Thesouro; além de outros que não estão ao alcance da Comissão⁹⁷.

Nesses termos, convém notar que as estatísticas apresentadas nessas coleções, na verdade, possuem natureza de contabilidade pública, tendo tais procedimentos contábeis sido fruto de operações matemáticas que até podem ser simples, mas eram dificultadas pelos problemas relacionados às tabelas fornecidas ou até mesmo erros humanos ligados à operacionalização com grandes números.

Outro aspecto que chama a atenção é o reconhecimento dos problemas relacionados aos números e, por conseguinte, às estatísticas apresentadas sem que se entenda tais circunstâncias como desabonadoras dos referidos mapas. Assim, o interesse na produção das estatísticas parece residir mais em sua existência do que no intuito de que sejam fidedignas, representativas, embora, como vimos e iremos aprofundar, visões abstratas sobre a estatística preguem o contrário.

Os estudos descritivos, vale dizer, eram dos mais variados, abrangiam tanto a produção concernente ao território a partir de suas características físicas, como aspectos comerciais, mercantis e industriais que se pudesse contar e despertar interesse estatal. Tome-se como exemplo o caso do *Atlas Imperial de 1868*, elaborado pelos alunos do *Collegio de Pedro II* e organizado por Candido Mendes de Almeida (1818-1881)⁹⁸. O material procurou caracterizar o território brasileiro a partir da justificativa de que o conhecimento da geografia seria basilar ao estadista, assim como a estatística:

“Dahi a necessidade de saber o que he, e o que vale o território pátrio. Dever imperioso que a Geographia nos habilita à satisfazer.
A pátria he a caza em ponto grande. Como dirigiria bem seu domicilio quem lhe desconhecesse os compartimentos? Como as duvidas com os visinhos, discriminar o nosso do dominio alheio?
No mesmo caso está o Paiz para com os que o habitão e governão.
O desenvolvimento de qualquer indústria existente, a introdução de

⁹⁶ Ausente no original.

⁹⁷ “*Collecção de Mappas Estatísticos*”, 212-214

⁹⁸ Conhecido jurista, político e historiador, Candido Mendes de Almeida foi também um destacado colaborador imperial, em especial por suas produções relacionadas aos conhecimentos sobre o Brasil e sobre o Maranhão, sua terra natal. Para mais detalhes sobre suas produções, veja “Candido Mendes de Almeida”.

novas, o alargamento das relações commerciaes, os pontos defeza de um Paiz, não se poderião estabelecer e crear com vantagem, se a Geographia com a sua luz não viesse aponta-los á sagacidade e intelligência de qualquer Governo, por mais bem inspirado que fosse. Eis por tanto demonstrada a necessidade desta sciencia para o Estadista, e para o Legislador. Ella he também indispensável para o Administrador. Qual he o thermometro por onde com mais segurança se aquilata o progresso material, e ainda o moral de um povo? He por sem duvida a Estatistica, que perforando todos os mais reconditos arcanos de uma nação, põe a descoberto os erros e as perfeições de seu governo. Esta sciencia tão indispensável ao politico como ao administrador sem a Geographia, ficaria sem base: tornar-se-ia senão inteiramente inutil, incompleta”⁹⁹.

Em seguida, o que consta é uma compilação de informações retiradas de outros trabalhos locais e regionais ligadas às divisões “administrativas, eleitorais, eclesiásticas e judicarias” nacionais, assim como mapas que relacionam o território do Brasil com o mundo, países vizinhos e suas próprias divisões internas¹⁰⁰.

Por seu turno, muitos desses mapas que buscam representar a integridade do território do Brasil apresentam quadros estatísticos com números de população, de maneira que cabe por em evidência que a primeira contagem oficial e abrangente a nível nacional só ocorreria em 1872. Os números que ali constam são resultado de estimativas comumente elaboradas por “homens de estado” a partir de uma contabilidade político-administrativa e eclesiástica realizada nas províncias, como será visto adiante.

As estatísticas no *Atlas Imperial de 1868*, assim como ao longo do oitocentos, aparecem muito relacionadas à antiga prática contábil de elaboração de listas e tabelas do comércio, ou mesmo paroquial, com listas para organização, numeração e contagem¹⁰¹. Logo, convém não perder de vista que as estatísticas aparecem ao longo

⁹⁹ “*Collecção de Mappas Estatisticos*”, 7. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>.

¹⁰⁰ *Ibid.*, 7-08.

¹⁰¹ Conforme visto no capítulo anterior, é possível perceber que prática de elaboração de listas é bastante antiga e conta com muitas justificativas diversas. Do ponto de vista de uma listagem com fins contábeis-registraes, pode-se pensar que estas surgem nas Américas a partir do Concílio de Trento (1545-1563), que estabeleceu a resolução da obrigatoriedade do controle pelas Curas do registro de batismo e matrimônio em suas paróquias. Em 1614, com o Papa Paulo V, estendeu-se tal obrigatoriedade aos registros de óbito por meio do *Rituale Romanum*; foi igualmente estabelecido o *Liber Status Animarum*, com fins de instruir sobre a elaboração de listas de “status de almas” a serem feitas pela paróquia. Essas listas ficaram conhecidas como listas nominativas ou listas de família. Para mais informações sobre registros paroquiais, vide Ziperovszky, “Parish Records as a Source for Comparitive Pedagogical Research”, 46-55; para o Brasil, Marcílio, “Os Registros Paroquiais e a História do Brasil.”, 13-20.

do século XIX com grande variedade, sendo possível encontrar estatísticas médico-sanitárias, estatísticas criminais¹⁰² e mesmo estatísticas eleitorais¹⁰³.

A estatística do oitocentos figura então como uma maneira de mobilizar noções de quantidades. De maneira geral, parece ser essa também a concepção geral referente à produção estatística do Brasil oitocentista, especialmente quando se trata do período que antecede o censo de 1872.

2.2 A Ciência de Estado e a Visão de Estatística no Brasil

A estatística aparece também vinculada à administração de recursos e aos governos, sendo mencionada, algumas vezes literalmente, como *estadística*, como se vê na obra *Memória Sobre a Estatística ou Análise dos Verdadeiros Princípios Desta Ciência e sua Aplicação à Riqueza, Artes e Poder do Brasil*¹⁰⁴. Escrita por Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844), por volta de 1820¹⁰⁵, o trabalho busca definir o conhecimento estatístico, bem como apresentar diretrizes para sua aplicação.

Figura iminente, Martim Francisco estava inserido em uma teia de estudos tanto sobre a natureza, quanto sobre política¹⁰⁶. Irmão mais novo daquele que seria conhecido por “patriarca da Independência”, José Bonifácio Ribeiro de Andrada, Martim Francisco iniciou sua carreira como naturalista, mas, a partir de 1820, ingressou na vida política, chegando a ocupar altos cargos públicos relacionados às pautas financeiras, econômicas e de administração dos negócios da Fazenda¹⁰⁷. Em “Memória Sobre a Estatística”, o

¹⁰² Para mais detalhes sobre estatísticas médico-sanitárias e também criminais, veja Santos, 99-280, 270-278.

¹⁰³ As estatísticas eleitorais surgiram com as disposições da Constituição de 1824 relativas às eleições. Estabelecendo em seus artigos 90 e seguintes disposições para escolha de representantes por meio das Assembleias Paroquiais, a Constituição de 1824 ficaria conhecida por estabelecer o voto “bico de pena” – voto aberto e não secreto – , apurado por meio de listas paroquiais também elaboradas pelos párocos.

¹⁰⁴ Varela, "Um Manuscrito Inédito do Naturalista e Político Martim Francisco Ribeiro de Andrada", 973-990.

¹⁰⁵ Segundo o estudioso que disponibiliza o manuscrito, na falta da data, acredita que a obra apresente características do autor por volta desse período. Varela, 974.

¹⁰⁶ Nesse aspecto, Varela destaca que “Do império luso-americano ao império do Brasil, foi um homem extremamente atualizado com o pensamento europeu e buscou aplicar e experimentar novos conhecimentos à sua comunidade local”. Varela, 977.

¹⁰⁷ Ibid., 974. Para uma visão mais ampla sobre a trajetória dos irmãos Andrada e a atuação de Martim Francisco antes da Independência do Brasil, ver de Mattos, R., "Redes de Negócios e Laços Familiares".

autor dividiu em cinco capítulos uma dissertação elucidativa sobre estatística.

Em seu primeiro capítulo, intitulado “Origem e Antiguidade da Estatística”, buscou apresentar a estatística como uma ciência derivada da arte de governar¹⁰⁸; defendeu que a estatística teria nascido dos cálculos feitos pelos governantes para conhecer seus “recursos, as forças e o poder do Estado pela extensão do seu Território, sua população e sua riqueza”¹⁰⁹.

No capítulo seguinte, “Etimologia da Palavra Estatística, Existência Dela Como Fator nos Governos Modernos e Antigos”¹¹⁰, Martim Francisco associou o conhecimento estatístico ao exame feito pelo Estado ou governos acerca de suas forças e riquezas:

“Ou a Estatística teve sua origem da palavra Statera (balança) por pesar a força, riqueza de um Estado, comparando-a com sua situação anterior, ou com a de outras nações; ou da palavra Status, por oferecer essa ciência o quadro da situação atual de um Estado; ou finalmente da alemã Hadf / cidades, nomes de quais se serviram os primeiros que empregaram a palavra Estatística para exprimir o exame e análise das forças e riqueza de uma cidade (...)”.¹¹¹

No capítulo III, sob o título “Distinção Entre a Estatística, a Economia e Aritmética Política. Rigorosa Distinção da Primeira, e Objetos em que se Divide”, atentou para a falta de demarcação rigorosa entre estatística e economia – economia política -, o que teria levado, na França, as matérias administrativas ao caos¹¹².

Logo, para Martim Francisco, embora a economia e a estatística mantivessem uma feliz associação, era preciso reconhecer que “cada uma tem seus limites, e seu objetivo fixo”:

“A economia concede, engendra e põe em execução aquelas verdades, ou princípios administrativos que o raciocínio munido da comparação dos fatos, reconheceu por incontestavelmente úteis. A estatística encarrega-se de preparar os elementos que devem encaminhar o espírito; recolhe e aproveita separadamente os conhecimentos destes fatos, e com eles

¹⁰⁸ 1. Considerando que o manuscrito não possui paginação numerada, se irá fazer referência às páginas na ordem em que aparecem, após o texto introdutório de Varela.

¹⁰⁹ Ibid., 1.

¹¹⁰ Ibid., 2.

¹¹¹ Ibid.

¹¹² O autor tece crítica aos economistas que, no período, parecem estar em uma revisão teórico-metodologia que o incomoda, o que “à exceção de suas boas intenções, terminou em um verdadeiro caos a ciência de administração, pela ausência de toda a base e de todos os princípios”. Ibid., 3.

forma um agregado e resultados fundados em análise tão rigorosa, que produzirão uma convicção única, que se pode e deve desejar em matérias administrativas”.¹¹³

Em suma, enquanto a economia teria seus corolários próprios decorrentes de verdades ou princípios de administração, a estatística seria o conhecimento primeiro a ser formado por meio da coleta e análise de tais fatos.

De igual modo, Martim Francisco entendeu como relevante distinguir a aritmética política da estatística do período:

“A Estatística difere igualmente da Aritmética Política, por quanto, a segunda, longe de proceder em suas operações por meio da análise e obter seus resultados pela enumeração dos objetos, como acontece à primeira, substitui, pelo contrário, o cálculo a estes meios, e de um dado mais ou menos provável e certo tira conseqüências que estabelece e dá por fatos.”¹¹⁴

Veja-se que, para ele, enquanto a estatística enumerava objetos para alcançar resultados, a aritmética política baseava-se precipuamente no cálculo a partir da presunção de dados mais ou menos prováveis. Dessa forma, seguindo o raciocínio do autor, a estatística estaria mais próxima de uma sanha de contagem, enquanto a aritmética política chegava-se propriamente a uma análise.

No capítulo IV, por sua vez, Martim Francisco abordou as “Explicação das Tabelas e Algumas Reflexões”¹¹⁵, explicitando a importância de tabelas diversificadas e suas categorizações básicas no intuito de permitir extrair boas estatísticas.

O autor sugeriu ainda a elaboração de oito tabelas e explicou sua relevância para garantir os conhecimentos basilares para a arte do governo, a saber: território, população, produção, indústria; comércio, navegação, rendas e despesas e, por último, a tabela das forças. Por fim, defendeu o método por ele elaborado ao considerar seus procedimentos inerentes:

“A multiplicidade e diferente natureza dos objetos compreendidos em iguais tabelas, pressupõe multiplicidade de homens, a quem deva ser

¹¹³ Ibid., 3.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ Ibid., 4-7.

confiada esta tarefa; e até insinua e inculca, quais destes devem com preferência ser escolhidos, por isso escuso de nomeá-los; a divisão neste caso, como em outros muitos, resume ou abrevia o tempo, facilita e promove o trabalho, e, por isso, deve ser um estímulo demais para que o Governo ouse tentá-lo; a síntese, porém, ou a coordenação e arranjo em um só todo sistemático, dos resultados espalhados de tantas e tão diversos elementos, deve ser partilha de um só homem, do lado das luzes e críticas precisas, de um só homem, como a unidade sintética por excelência”¹¹⁶.

No trecho, percebe-se que Martim Francisco reconhecia que obter estatísticas tão diversificadas sobre a imensidão do território do Brasil demandaria o trabalho de várias pessoas, de modo que seria necessário haver ao menos dois momentos: o levantamento de dados e a síntese, tarefa desempenhada por apenas um indivíduo, a quem caberia coordenar a sistematização dos dados. O autor tampouco nega a complexidade e a dificuldade de elaboração de tabelas a partir de dados tão abrangentes:

“Não posso dissimular os obstáculos que há a vencer para levar ao cabo com igual projeto; estou mesmo convencido, que o resultado de alguns elementos será imperfeito nas primeiras tentativas, e não desconheço, que o resultado de outros para ser eliminado, esperará pelas luzes futuras de homens mais hábeis; mas apesar de tudo é melhor ter já alguma coisa, do que nada”¹¹⁷.

Vale esclarecer que o autor não fala em dados, e sim em “fatos”, em decorrência de sua concepção de estatística enquanto ciência, o que se torna evidente quando o autor busca definir frontalmente o termo:

“Estatística vem a ser uma ciência fundada em fatos, que tem por objeto apreciar a força, a riqueza e o poder de um Estado pela análise das fontes, e meios de conservação, de prosperidade e grandeza, que lhe oferecem seu território, sua população, suas produções, sua indústria, seu comércio externo, ou marítimo e interno, e seus exércitos. Em uma palavra, a Estatística é a ciência das forças reais e dos meios de poder de um Estado político”¹¹⁸.

Finalmente, no capítulo “Resumo das Utilidades que o Estado Pode Colher de Iguais Conhecimentos Estatísticos”, Martim Francisco sustenta a ideia de que o Brasil

¹¹⁶ Ibid., 7.

¹¹⁷ Ibid.

¹¹⁸ Ibid., 4.

poderia alcançar graus civilizacionais superiores, próprios de “povos civilizados”, à medida que o conhecimento estatístico fosse expandido e isso possibilitaria uma constante e segura marcha em rumo ao progresso.

Ao tecer comentários introdutórios sobre essa obra de Martim Francisco, A. Varela apreende o olhar descritivo que sobressai, apontando sua intenção de “tudo registrar e contar”¹¹⁹, pois, antes de tudo, o escritor era um naturalista.

Isso nos leva a considerar que os ideais estatísticos apresentados no manuscrito em muito estão assemelhados aos procedimentos de descrição, inventariação e classificação da história natural, que certamente Martim Francisco, como naturalista, conhecia bem¹²⁰.

Como vimos, a estatística produzida pelos homens de Estado, os estadistas, seria, portanto, uma ciência de “números políticos”, números voltados ao governo, ao Estado, sendo possível tomar a estatística do período como ‘estadística’, ou seja, uma ciência do Estado.

Destaca-se que a estatística do período era voltada para o desempenho das funções dos homens Estado, os estadistas, assim como cabe observar que são literalmente homens, uma vez que eram indivíduos do sexo masculino a quem havia sido administrados níveis altos de educação e que compunham as esferas do poder, em contraste com a maioria da população, pouco ou nada alfabetizada, e com baixa ou nenhuma participação política¹²¹.

Assim, durante o período do Império do Brasil, é possível notar que os estadistas se identificam, em maior ou menor medida, com o projeto monárquico de construção da ordem, um ideário político das elites relacionado à consolidação e unidade do Estado, e que ocasionou a assimilação dos homens letrados às funções burocrático-administrativas do Império do Brasil¹²².

Não obstante, como discute M. de Carvalho, possuísem similaridades relacionadas à socialização e nível educacional recebido¹²³, a contribuição intelectual desses estadistas precisa ser entendida de maneira singular.

¹¹⁹ Varela, 976.

¹²⁰ Ibid., 975.

¹²¹ Carvalho, *Construção da Ordem*, 63-92.

¹²² Ibid., 11-48.

¹²³ Ibid.

É preciso reconhecer, portanto, que os homens de Estado colaboraram para a construção da ordem imperial a seu modo¹²⁴, especialmente quando se observa a estatística do século XIX – um pensamento que estava imiscuído em uma gama de conhecimentos variados e que, não raro, mobilizava interesses específicos e, por vezes, antagônicos¹²⁵.

Fato é que muitos desses estadistas cooperaram para a estatística da época por meio da produção de estimativas populacionais que foram bem aceitas e corroboradas muito em razão do prestígio de seus autores, indivíduos notáveis que pertenciam à classe política e letrada, como sublinha o historiador A. Camargo¹²⁶.

Diante desse aspecto, concorda-se com A. Camargo ao apontar que, antes do censo de 1872, “as estimativas populacionais eram estimativas de segunda ordem”¹²⁷, uma vez que as elaborações dos estadistas derivavam de outras estimativas e não se embasavam em dados de primeira ordem, ou seja, no levantamento direto dos dados.

Todavia, como abordado no capítulo anterior, convém não perder de vista que era próprio do século XIX, tanto no Brasil quanto no mundo, que homens de Estado buscassem a estatística como instrumento político e retórico, assim como era comum que a estatística não estivesse disciplinada ou oficializada. Inclusive, é preciso ter em mente que o internacionalismo estatístico só seria alcançado no século XX¹²⁸.

Dessa forma, divergimos de A. Camargo ao tratar de uma utopia estatística relacionada ao censo de 1872, pois, no período, o conhecimento estatístico estava em um intenso processo de elaboração, o que impede nomear práticas e concepções estatísticas como arcaicas¹²⁹.

Não se deve, portanto, nutrir esperanças de encontrar, no XIX, a figura do estatístico enquanto um profissional treinado para a coleta e análise de dados por intermédio de protocolos observacionais de larga escala. Esse personagem só aparece

¹²⁴ Lembre-se do caso do próprio Martim Francisco Ribeira de Andrada e de seus irmãos, José Bonifácio de Andrada e Silva e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, nomes de peso do naturalismo e do cenário político da época.

¹²⁵ Há de se lembrar, portanto, da tensão existente nos congressos de estatística entre os participantes com interesses voltados à ciência e outros voltados a interesses políticos, como apresentado no capítulo anterior.

¹²⁶ Camargo, "O Censo de 1872", 414-428 e "A Construção da Medida Comum", 219-226.

¹²⁷ Camargo, "A Construção da Medida Comum", 219.

¹²⁸ Como visto no capítulo anterior.

¹²⁹ Camargo, "O Censo de 1872", 425.

na estatística do século XX, pois só então foi possível dispor de outras concepções, métodos e instrumentos para a contagem de grandes números.

2.3 A Estatística No Período de 1851 a 1870

Nos estudos de História do Brasil e História Econômica Brasileira, é consenso entre os especialistas que a segunda metade do oitocentos foi um período de transformações de largo alcance¹³⁰.

Conforme visto, pode-se afirmar que a primeira metade do oitocentos foi o período dos números não oficiais, uma espécie de “estatísticas informais” resultantes de contagem ou estimativas produzidas por indivíduos respeitados, a partir de listas, tabelas e quadros relacionados, como detalhado anteriormente.

Em contraste, a segunda metade do oitocentos é apontada pela literatura como um período de grandes transformações estruturais compreendidas como parte de um “projeto” de modernização, no qual seria inserida a abolição da escravidão e a adoção do trabalho assalariado¹³¹.

Assim, do ponto de vista burocrático-administrativo e comercial, em meados do século XIX se passaria pela modernização no registro e controle das transações particulares¹³² e públicas, momento em que novos métodos contábeis para a gestão tributária e patrimonial do Império do Brasil foram implementados¹³³.

Um dos pontos de convergência nas análises atuais sobre o período indica uma série de mudanças estruturais para dinamizar as relações de produção no Brasil; dentre elas, aponta-se a adoção do Código Comercial de 1850 como um marco na organização contábil, financeira e tributária de um país que, no período, queria se dinamizar

¹³⁰ Um dos pontos de convergência nos estudos atuais sobre o período é de que a segunda metade do século XIX pode ser apontada como abrigo de uma série de mudanças estruturais para dinamizar as relações econômicas no Brasil; dentre elas, se aponta a adoção do Código Comercial como um marco na organização contábil, financeira e tributária de um país que até então era agrário-exportador e aos poucos estabelecia seu mercado interno. Para mais detalhes, vide: Bethell, Leslie. “O Brasil da Independência”; De Paula, “O Processo Econômico”; Soares, “Sebastião Ferreira Soares e a Introdução da Ciência Estatística no Brasil do Século XIX”, 149-182.

¹³¹ Bethell, 767.

¹³² Trata-se de uma exigência estabelecida a partir do código comercial de 1850, que em seu artigo 10 trata da obrigação de escrituração contábil.

¹³³ Soares, 150.

economicamente¹³⁴.

Dessa forma, oportuno lembrar que logo após a Independência, Dom Pedro I dissolveria a constituinte, em 1823, e outorgaria a Constituição Imperial de 1824, vigente até 1889. A carta constitucional criou a figura do poder moderador que se sobrepunha ao Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário¹³⁵. Somado a isso, após a Independência, pode-se falar de um projeto político-imperial de construção do Estado Nação¹³⁶.

Em seus anos iniciais, porém, do ponto de vista das atividades de governo, o entrave mais nítido talvez tenha sido a ausência de informações e números relativos ao território, de modo que a literatura aponta um “estado de desordem” que, por muitos anos, não pode ser resolvido ante a instabilidade política ao longo do Primeiro Reinado¹³⁷. Desse modo, só a partir da década de 1850, após a estabilização do Segundo Reinado, a necessidade de números oficiais passaria a ser reconhecida como premente, resultando na primeira tentativa de recenseamento a nível nacional¹³⁸.

Elaborado pela secretaria de Estado dos Negócios do Império, dirigida por Visconde de Mont’alegre e assinada por si e pelo Imperador Dom Pedro II, através do Decreto nº 797 de 18 de Junho de 1851, pretendeu-se realizar a organização do Censo Geral do Império.

Destacado estadista, Visconde de Mon’alegre, José da Costa Carvalho, na época da publicação do decreto acumulava cargos públicos de altíssimo prestígio, compondo não só o conselho de Estado Imperial, mas sendo também o “presidente do conselho de ministros, ministro e Secretario d’Estado dos Negacios do Imperio”¹³⁹. É possível, portanto, apontá-lo como um estadista que reconhecia a importância dos números para o exercício das atividades de governo, tendo sido ainda, em 1854, sócio fundador da Sociedade Brasileira de Estatística¹⁴⁰.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Vide: “Senado Notícias”.

¹³⁶ Chalhoub, 37-79.

¹³⁷ Ibid., 37.

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Decreto nº 797 de 18 de Junho de 1851.

¹⁴⁰ Senra, 182. Sobre a referida sociedade sabe-se muito pouco, constando pouca documentação e tendo quase tudo se perdido no sentido de comprovar desenvolvimento de atividades estatísticas. Não há estudos, ata de reuniões, trabalhos e afins. Segundo Senra, documentalmente constam apenas os estatutos de sua constituição. Senra, 184.

No entanto, no teor do Decreto nº 797 de 18 de Junho de 1851 não há sequer menção à palavra estatística, embora a ideia de estatística na época até já pudesse estar associada à elaboração dos mapas, de modo que tal decreto retomava a prática da elaboração de listas:

“Art. 1º Haverá na Capital do Imperio hum Director Geral do Censo, ao qual competirá:

- 1º Formar o mappa geral da população do Imperio;
- 2º Fazer o alistamento especial do Municipio da Côrte
- 3º Decidir as duvidas que occorrerem no processo do alistamento.”¹⁴¹

Note-se que, ao dispor sobre o alistamento o decreto está fazendo expressa menção à prática de levantamento de dados por meio de listagens, sendo as listas de família o tipo mais comum e a regra geral. De acordo com o artigo 4º, “O alistamento se fará por fogos¹⁴², efetuando-se por listas de familia, nas quaes serão comprehendidas todas as pessoas que a compõe, quer estejam presentes”¹⁴³.

Havia também as listas de freguesias para categorias coletivo-profissionais, como era o caso dos militares, funcionários públicos, monges, estudantes ou afins que residissem em estabelecimentos profissionais ou similares, como trata o artigo 10. O artigo seguinte, por sua vez, dispõe sobre o teor das listas:

“Art. 11. As listas deverão conter:

- 1º Os nomes de todas as pessoas da familia, menos dos escravos, dos quaes bastará referir o numero por sexo;
- 2º O estado (casado, solteiro, ou viuvo);
- 3º A idade;
- 4º A condição (ingenuo, liberto, ou escravo);
- 5º O lugar do nascimento;
- 6º Se he estrangeiro, de que Nação. Sendo Brasileiro se fará declaração do Cidadão naturalizado, e do que o não he. Sendo indigena (caboclo) será feita menção da tribu a que pertence.
- 7º A profissão ou modo de vida;
- 8º A qualidade que representa na familia (cabeça de familia, mulher, filho, parente, aggregado, ou outra qualquer qualidade, por que se repute fazer

¹⁴¹ Decreto nº 797 de 18 de Junho de 1851.

¹⁴² Oportuno lembrar que, no período, quando se trata de “fogos”, na verdade se quer dizer “casas”, uma vez que os domicílios ficariam associados à existência de lareiras, fogões, ou outras formas de aquecimento.

¹⁴³ Decreto nº 797 de 18 de Junho de 1851.

parte da família): tudo na conformidade do modelo nº 1”¹⁴⁴.

Dessa forma, a partir das listagens de localidades, estariam formados os *mappas* por freguesias pelos diretores do município, que serem enviados aos diretores das províncias, devendo estes últimos serem reunidos para formar o *mappa geral do Imperio*¹⁴⁵, que consubstanciaria o censo geral do Império.

O recenseamento de 1851, como visto, não ocorreu, suspenso pelo decreto superveniente nº 907 de 29 de janeiro de 1852, decreto que refreou também a realização do registro dos nascimentos e óbitos por meio do Estado.

Entretantes, com o prolongamento da ausência do recenseamento do Império intensifica-se uma tensão relacionada à necessidade de estatísticas, como se observou a partir das declarações prestadas por Carvalho Moreira no congresso de estatística em Londres, em 1860. Portanto, diante da necessidade de números que permitissem perceber as circunstâncias do Estado, bem como facilitassem a organização da administração pública, ascende a figura do dedicado funcionário público Sebastião Ferreira Soares (1820-1887)¹⁴⁶.

De trajetória biográfica pouco conhecida e não sendo um estadista, Ferreira Soares fez carreira no funcionalismo público em razão de sua dedicação em aprender e aplicar novos princípios contábeis na administração pública brasileira, como incentivador da modernização¹⁴⁷.

Assim, é possível tratar de Ferreira Soares como um entre os primeiros estudiosos nacionais preocupados em tomar o conhecimento estatístico enquanto ciência, tendo o autor participado também como sócio-fundador da Sociedade Brasileira de Estatística e publicado a obra *Elementos de Estatística: Compreendendo a Theoria da Sciencia e a Sua Aplicação a Estatística Commercial do Brasil*, em 1865, mas tampouco esse era o seu primeiro ou último trabalho de tal natureza¹⁴⁸.

Homem modesto, metuculoso e pouco afeito ao uso de rebuscamentos

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ Como tratam os artigos 20 a 23 do decreto.

¹⁴⁶ Soares, 151.

¹⁴⁷ Ibid., 181.

¹⁴⁸ A obra conta com paginação irregular, de modo que se fará referência às páginas pela ordem de aparecimento.

desnecessários, Ferreira Soares era um investigador atualizado sobre os desenvolvimentos internacionais no campo da estatística¹⁴⁹, o que permite ao autor avaliar: “a sciencia estatistica ainda não tem sido estudada no Brasil como convém”, a despeito de ser do interesse geral da administração.

Na compreensão do autor, até aquele momento, o conhecimento da estatística enquanto ciência era tão embrionário que até o parlamento brasileiro, “composto das principaes illustrações do paiz”, estaria envolvido em questões infrutíferas e intermináveis, dentro de um “mar de probabilidades, sem que pudessem firmar os seus argumentos em dados positivos”, quando tais questões só poderiam ser resolvidas por uma “bem elaborada estatística nacional”¹⁵⁰.

Assim, com o intuito de contribuir no devido estudo e conhecimento da ciência estatística, o autor declarou entender que aquela obra poderia ser considerada “o primeiro que neste gênero se publica no nosso paiz”¹⁵¹. O texto, um trabalho detalhado de compilação da estatística comercial do Brasil, fazia-se diferenciado por ter sido confeccionado em forma de compêndio e permitir “leccionar a sciencia estatistica, com a vantagem de apresentar a sua teoria e applicação”¹⁵².

Na introdução¹⁵³ da obra, Ferreira Soares explicitou o desejo de que suas formulações ao menos pudessem orientar profissionais que deveriam estudá-la, como era o caso dos “candidatos a empregos das alfandegas do Imperio”, conforme dispunha regulamento imperial de 19 de setembro de 1860¹⁵⁴.

“Porquanto, determinando essa lei que se faça exame da estatística comercial, não prevenio sobre a deficiência em que se achão os estudiosos de aprender estasciencia, que ainda até o presente não se achava formulada em corpo de doutrinas; porquanto na própria Allemanha, onde se dão cursos públicos de estatística, se reduz o ensino á organização de quadros, e a mais algumas demonstrações, sem

¹⁴⁹ Ferreira Soares, *Elementos de Estatistica*.

¹⁵⁰ *Ibid.*, 10.

¹⁵¹ *Ibid.*, 2-3.

¹⁵² *Ibid.*, 6.

¹⁵³ Para fins desse estudo, comentaremos apenas a apresentação e a introdução da obra (26 primeiras páginas), visto que, nessas partes, o autor faz considerações gerais sobre a ciência estatística e congruentes com nossa investigação sobre estatísticas voltadas para a população. Mais a frente, o autor se deterá às considerações acerca das estatísticas comerciais, o que iria além das relações que se pretende estabelecer.

¹⁵⁴ Ferreira Soares, 6.

firmarem os professores regras positivas, o que agora faço no presente Compendio, no qual estabeleço os postulados desta sciencia, e os desenvolvo convenientemente no seguimento deste curso”.¹⁵⁵

Note-se que um aspecto é central na compreensão da crítica do autor sobre a incipiência do conhecimento estatístico no Brasil: Ferreira Soares reconhecia que a ciência estatística ainda estava em desenvolvimento, o que poderia prejudicar sua transmissão, vez que seus princípios e regras encontravam-se “dispersos pelos tratados dos diversos autores que se tem ocupado da estatística, os quaes são por demais deficientes”. Esse fato o teria obrigado a formular a maior parte das teorias que apresentou na obra¹⁵⁶.

Sua formulação teórica, por sua vez, guardaria muitas das influências de estudiosos como Quetelet¹⁵⁷ e A. Moreau de Jonnés (1778-1870)¹⁵⁸, evocados na introdução da obra de Ferreira Soares¹⁵⁹, assim como de outros desdobramentos teóricos advindos da França e da Bélgica que o autor entendia como nações que possuíam as administrações públicas mais avançadas e, por consequência, as melhores e mais organizadas estatísticas¹⁶⁰.

Esses desdobramentos teóricos teriam levado Ferreira Soares a assimilar a estatística como uma ciência de exposição, de apresentação e de síntese, indicando atenção à organização das tabelas, à clareza e à veracidade, o que conduziria a análises verdadeiras¹⁶¹.

Seguir tais lições teóricas permitiu a Ferreira Soares entender que poderia sistematizar a estatística como julgasse oportuno, desde que seguisse as orientações teóricas. Então, o autor decidiu dividir a exposição de sua obra a partir de duas partes distintas: a “estatística descritiva” e a “estatística racional”, de modo que se ocupava “na primeira divisão da enumeração dos factos, e na segunda da sua Analyse e comparação, a fim de determinar os seus modos de ser, e as leis que os devem regular em sua

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ Ibid., 7.

¹⁵⁷ Ibid., 8.

¹⁵⁸ Alexandre Moreau de Jonnés foi um militar francês de alta patente que demonstrou muita afinidade com os números e estatísticas; publicou muitas obras sobre o tema e tornou-se responsável pelas Estatísticas Gerais da França até 1851.

¹⁵⁹ Ferreira Soares, 24-25.

¹⁶⁰ Ibid., 7.

¹⁶¹ Ibid., 24.

marcha”¹⁶².

Note-se que, no que pese a falta de um corpo fixo de conhecimentos, outros consensos sobre a estatística já estavam estabelecidos e foram tratados por Ferreira Soares:

“É opinião geral de todos os estadistas que a estatística é indispensável á marcha regular e progresso dos povos, porquanto, ocupando-se esta vasta sciencia da enumeração de todos os factos sociaes, os estuda, analysa e desenvolve nas suas diversas phases, para determinar-lhes o seu verdadeiro modo de ser”¹⁶³.

Perceba-se que aqui novamente a estatística aparece como um conhecimento determinístico para a prosperidade das civilizações, assim como em Ferreira Soares também ressurgiu a ideia de que a observação dos fatos sociais enumerados permitia que o governo marchasse com regularidade rumo ao progresso, ou seja, a marcha regular decorreria dos caminhos apontados pela estatística, pela ciência de Estado.

Seguindo tal raciocínio, Ferreira Soares passou a considerar os congressos internacionais de estatística como reuniões dos povos civilizados em busca da uniformização dos “factos sociais”, o que, sabia o autor, resultaria em uma ciência com bases bem estabelecidas, em prejuízo daqueles que se beneficiariam das divergências estatísticas.

“É tal o conceito em que se acha a estatística entre as nações cultas, que diversos sábios se reunirão em congresso internacional, com o fim de formularem as bases para a organização de uma estatística geral de todos os povos civilizados; e nas suas reuniões tem demonstrado, até a evidencia, a utilidade desse importantíssimo trabalho, do qual deve sem duvida resultar a uniformização de muitos factos sociais até hoje divergentes, em pura perda dos interesses geraes dos homens dos diversos paizes”¹⁶⁴.

Nesse sentido, cabe lembrar que, durante o referido Congresso Internacional de Estatística de 1860, o Império do Brasil, por intermédio de Carvalho Moreira, seu representante, havia declarado se comprometer com a realização do censo com

¹⁶² Ibid.

¹⁶³ Ibid., 7, 24-25.

¹⁶⁴ Ibid., 7-8.

brevidade, porém, até aquele momento – ou seja, cinco anos depois – o Império ainda não havia realizado o recenseamento de sua população.

Em oportuno, Ferreira Soares tece a curta constatação de que a situação das estatísticas do Império do Brasil “nos desconceitua na opinião dos estrangeiros”¹⁶⁵ e, no que concerne ao censo, o autor registra:

“O contarmos quase que meio século de existenciapolítica como nação independente, sem que ao menos se tenha até o presente feito o censo geral da população do Imperio, visto tudo quanto existe a semelhante respeito ser imperfeito por incompleto. Deste abandono tem-se originado muitos e graves obstáculos á marcha regular da administração publica”¹⁶⁶.

Nessa esteira, Ferreira Soares pareceu contrabalancear tal condição de abandono com a ponderação de que seria possível sim realizar o recenseamento, desde que sua execução fosse bem coordenada e que, por óbvio, o governo patrocinasse devidamente o projeto:

“Parece-me que não é trabalho inexecuível o arrolamento da população do Brasil; a sua execução depende principalmente de que o governo ponha em acção os meios de que póde dispor, creando, como nos outros Estado, uma repartição especial de estatística, a qual, sendo bem dirigida, dentro de cinco anos, póde apresentar muitos trabalhos importantes sobre os principaes factos da nossa marcha social: cumpre, porém, que se escolhão os homens para os empregos dessa repartição, e não os empregos para os homens”¹⁶⁷.

Para o estudioso, a boa execução do censo talvez não levasse muito tempo, mas demandaria a criação de uma repartição especial de estatísticas com homens devidamente capacitados, como era de praxe nas nações consideradas cultas.

Tais providências só seriam tomadas mais de cinco anos depois, por meio da Lei nº 1829 de 9 desentembro de 1870, que retomaria os preparativos para a realização do recenseamento. Esse hiato, por sua vez, talvez tenha relação com a conjuntura político-econômica no período, sendo a década de 60 apontada como um momento de endividamento e inflação decorrentes dos gastos com a Guerra do Paraguai (1864-

¹⁶⁵ Ibid., 8.

¹⁶⁶ Ibid., 8-9.

¹⁶⁷ Ibid., 9.

1870)¹⁶⁸.

Ainda no período, é possível pensar que a Lei nº1.507, de 26 de setembro de 1867, por si só já inviabilizasse a realização do censo, pois reformou inúmeros órgãos com o intuito de diminuir despesas públicas que aumentavam excepcionalmente com o prolongamento da guerra, que só findaria em 1º de março de 1870.

2.4 A Preparação Para o Censo de 1872 (1870-1872)

Como vimos, a sucinta Lei nº 1829 de 9 de setembro de 1870 é responsável por retomar os preparativos para o recenseamento geral do Império após o longo período desde a primeira tentativa, em 1851.

Assim, são estabelecidas as primeiras providências relacionadas à organização dos registros dos atos da vida civil e também do censo, de modo que, em passagem mandamental, determina:

“Art. 2º O Governo organizará o registro dos nascimentos, casamentos e obitos, ficando o regulamento que para esse fim expedir sujeito à aprovação da Assembléa Geral na parte que se referir á penalidade e effectos do mesmo registro, e creará na capital do Imperio uma Directoria Geral de Estatística á qual incumbe:

1º Dirigir os trabalhos do censo de todo o Imperio e proceder ao arrolamento da Côrte, dando execução ás ordens que receber do Governo.

2º Organizar os quadros annuaes dos nascimentos, casamentos e obitos.

3º Coordenar e apurar todos os dados estatísticos recolhidos pelas diversas Repartições Publicas.

4º Formular os planos de cada ramo de estatística do Imperio, da local de cada provincia, quando a isso for chamada, e da especial a cada classe de factos.

Paragrophounico. Fica o Governo autorizado a desde; já despender annualmente até 25:000§ com o pessoal da Directoria Geral de Estatística, annexando-a, se julgar conveniente, ao Archivo Publico, a que

¹⁶⁸ Vide: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/343-secretaria-de-estado-dos-negocios-do-imperio>.

poderá dar nova organização”.

A Diretoria Geral da Estatística (DGE) desponta como uma repartição especializada e contava com previsão orçamentária anual, assim como dentro das suas incumbências estão atividades relacionadas ao levantamento e compilação de dados de todo tipo, com destaque para as atividades de direção do censo imperial.

Não havendo mais disposições sobre o tema nessa lei, a regulamentação responsável por detalhar aspectos relacionados às funções, atividades e cargos da Diretoria Geral de Estatística só viria no ano seguinte, com o Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871.

O novo decreto, além de retomar as incumbências da lei que previu sua criação no artigo 1º, no que toca à estatística, conforme o artigo 2º, dividiu esta em quatro classes, a saber: dados estatísticos referentes à população, ao território, “ao estado político, intellectual e moral,” e aos “dados relativos ao estado agrícola, industrial e commercial”¹⁶⁹.

Assim, de acordo com o artigo 3º, os trabalhos da DGE que visavam levantar dados sobre a população deveriam “compreender o numero das pessoas existentes no Imperio, divididas por provincias, municipios, parochias”¹⁷⁰, tais dados, por sua vez, poderiam contar ainda com quinze categorizações estatísticas, com o intuito de apresentar matizes de cada localidade.

Outro aspecto digno de nota está no artigo 10, que dispõe que serão remetidos à DGE todos “os mappas, quadros e quaesquer dados estatísticos, que pela actual legislação são encarregados de recolher e coligir”¹⁷¹, o que deixa claro que a elaboração de mapas e quadros seriam os procedimentos estatísticos mais comuns.

Por fim, o decreto nº 4.856, de 30 de dezembro 1871, após a organização inicial para o censo e criação da DGE, mandaria proceder ao primeiro recenseamento da população “simultaneamente, em todo o territorio do Imperio, no dia 1º de Agosto de 1872”¹⁷², conforme o artigo 1º.

Do ponto de vista da coleta, de acordo com o artigo 3º, pode-se notar que os

¹⁶⁹ Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871.

¹⁷⁰ Ibid.

¹⁷¹ Ibid.

¹⁷² Decreto nº 4.856, de 30 de dezembro 1871.

boletins ou listas de família serão a base do recenseamento – como também estava programado para ser em 1851 –, devendo neles os sujeitos fornecerem informações sobre:

“(…) o nome, o sexo, a idade, a côr, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, a residencia o gráo de instrucção primaria, a religião e as enfermidades apparentes. Tambem se declarará relação de parentesco ou de convivencia de cada pessoa com o chefe da familia, e a respeito das crianças de 6 a 15 annos se notará se frequentam ou não as escolas”¹⁷³.

Quando não podiam ser preenchidas pela família, listas e boletins especiais eram entregues àqueles que exercessem função de comando ou fossem responsáveis por terceiros.

Desse modo, os procedimentos estatísticos empregados no censo – que realmente ocorreu – seriam tanto as listas de família, listas e boletins especiais, mapas e quadros que permitissem levantar dados e contar a população. Se não para a marcha regular do progresso, ao menos em prol de uma ciência estatística que buscava apreender algumas das características da população do Brasil por meio de um levantamento direto ocorrido na mesma data em todo o território nacional.

Diante desse contexto, toma-se o recenseamento imperial enquanto fruto de uma operação estatística de grandes proporções, mas ainda assim orientada por uma ciência de Estado que empregava práticas contábil-registrais próprias do século XIX.

Destarte, convém observar como o conceito de estatística foi debatido e assimilado pelos estadistas nacionais, inclusive de maneira distanciada dos ideais da aritmética política do século XVII, que preconizava que os números de Estado fossem analisados profundamente em conjunto com o quadro político. Essa prática, em muitas passagens, foi rechaçada, pois se entendia que a estatística deveria ater-se prioritariamente aos conhecimentos de Estado dispostos pelos estadistas, e não ‘meramente à matemática’, ou mais precisamente, ao cálculo de probabilidades.

Outrossim, pretendia-se produzir descrições numéricas sobre a maior quantidade de eventos, apresentando a estatística como um saber sublime sobre como elaborar

¹⁷³ Ibid.

números descritivos a serem adotados pelo estado.

Contudo, na prática, a estatística brasileira antes do censo de 1872 aparece associada a meros procedimentos de contagem, sem que houvesse a exigência de que esses métodos ou resultados numéricos, e suas descrições, fossem perfeitas e, portanto, estritamente representativas da realidade.

Parece válido, portanto, notar a estatística do século XIX como responsável por transmitir noções de quantidade, já que no Brasil do período a relação entre matemática e estatística não estava complexificada, axiomatizada, como estaria a estatística na virada entre o século XIX e XX, o que assinala a gradativa mudança de um conceito substancial para o pensamento científico.

CONCLUSÃO

Previsto inicialmente para ocorrer em 1852, o primeiro recenseamento geral do território do Brasil passou por um hiato de vinte anos até sua efetiva realização em 1º de agosto de 1872.

O ponto central dessa pesquisa reside, portanto, na percepção do período de quase duas décadas no qual o recenseamento imperial passaria a ser permeado por ideias estatísticas. Esse fato evidencia-se no teor do Decreto nº 797, de 18 de Junho de 1851 – decreto do censo que não ocorreu – onde inexistente menção à palavra estatística.

Desse modo, apenas com a *Lei n. 1829 de 9 de setembro de 1870* – lei que retomou os preparativos para o censo –, a estatística passa a ser referida, ainda que brevemente e em uma única passagem mandamental que determina a criação da DGE. Após essa legislação, entre 1870 e 1872, mais normas chegariam a empregar o termo estatística, sem, contudo, apresentar definições.

A partir desse hiato, como explicar a assimilação do conceito de estatística para o recenseamento imperial? Um ponto nevrálgico para compreender a questão é entender o contexto do conceito de estatística no século XIX.

Ao longo do século XIX, é possível encontrar uma profusão de concepções de estatística, no Brasil e no mundo, identificando-se, inclusive, o termo estatística no comércio, nas áreas relacionadas à administração, à contabilidade e à política, passando também a ser anunciada em discursos oficiais como forma de orientar decisões políticas ou mesmo como instrumento de poder.

Começando o século enquanto um saber numérico-contábil que realizava contas de tinta e papel, a estatística do período não se encontrava institucionalizada e passaria por um intenso processo de desenvolvimento de suas concepções, métodos e aplicações, o que decorre, em grande medida, da assimilação do cálculo de probabilidades – ponto nodal do qual sairiam duas vertentes do pensamento estatístico: uma primeira vertente, voltada às ciências da vida, e uma segunda vertente, relacionada à sociedade e ao Estado.

Embora ambas estivessem voltadas à regularidade dos fenômenos, cada uma trabalharia com objetos próprios e acabaria por implicar em desenvolvimentos específicos. Entretanto, a vertente relacionada à sociedade e ao Estado, com influência

do astrônomo e matemático belga A. Quetelet, trataria, em especial, da estatística enquanto uma ciência de Estado e a partir da qual a produção de números próprios seria basilar para que os governos pudessem galgar o progresso.

Notando grandes questões relacionadas à estatística, Quetelet tornou-se o idealizador dos grandes congressos internacionais de estatística, reuniões que tentariam equacionar uma profusão de debates, ideais e interesses.

Desse modo, como é possível perceber a partir do teor das discussões dos congressos, na segunda metade do XIX, os estudiosos passariam a se preocupar não mais apenas com a existência de estatísticas, mas com aspectos relacionados à sua elaboração, tanto para diminuir imprecisões numérica como para buscar uma padronização que permitisse comparar resultados.

Entretantes, o Império do Brasil participaria do Quarto Congresso Internacional de Estatística, ocorrido em Londres, em 1860, por meio de seu representante, o diplomata Francisco Inácio de Carvalho Moreira, conhecido como Barão de Penedo. Na ocasião, ainda sem o recenseamento da população, o Brasil apresentou tabelas estatísticas com os números decorrentes de estimativas feitas por seus estadistas, o que certamente desabonou o país ante um evento com estudiosos da estatística e representantes políticos de nações já avançadas na produção de seus números de Estado.

Reconhecendo a falta de números oficiais relativos à contagem de seu povo, ou seja, números levantados por meio de coleta direta, Carvalho Moreira faria considerações sobre a dificuldade de realização de um procedimento tão grandioso em uma nação com as dimensões do território brasileiro. Assim, declarou que os preparativos para a realização do censo estavam em andamento.

Outro ponto a salientar é que, elaboradas as resoluções pelos congressos internacionais de estatística, e que não implicavam em obrigações aos participantes – as mudanças na produção de estatística eram consideradas opcionais –, o Brasil não assumiu nenhuma obrigação relacionada a seu estado de coisas estatístico.

Na esteira dos congressos, as discussões podem ser tomadas como a abertura de um movimento que ficou conhecido por internacionalismo estatístico, concluído no século XX com a adoção de padrões universais para a produção (e validade) de estatísticas pelos Estados nacionais.

Por isso, ao longo do oitocentos, o Império do Brasil passaria a incorporar o termo estatística às produções nacionais que tinham fins descritivo-numéricas, porém esses números de Estado, levantados por meros mapas, tabelas ou listagens, utilizavam apenas aritmética simples em suas operações matemáticas, pouco se diferenciando da contabilidade.

Por emergir de sociedades científicas ou dos estudos de homens considerados célebres, a estatística no território do Brasil pode ser percebida ao longo do oitocentos como um conhecimento muito aspirado, embora provavelmente ainda pouco compreendido para fora do círculo de seus poucos estudiosos.

Ao longo da dissertação, tratou-se das visões sobre a estatística de dois desses estudiosos, Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Sebastião Ferreira de Soares, que partilhavam da interpretação de que no Brasil, naquele momento, pouco se compreendia sobre estatística. Sublinhe-se que, enquanto o manuscrito de Martim Francisco data, provavelmente, de 1820, a obra de Ferreira Soares surge em 1865, o que denota similitude na compreensão de estatística entre a primeira e a segunda metade do século XIX.

De toda forma, o conceito de estatística vigente entre 1851 e 1872, e que pode ter permeado a nova legislação referente ao censo imperial, amparava-se em uma concepção da estatística enquanto estadística, ou seja, uma ciência do Estado. Em uma concepção contábil, englobava a produção de números – por meio de listas, tabelas e mapas – para o estadista.

Além disso, enquanto a estatística europeia enfatizava fartamente a necessidade de perfeição na produção de seus números, assim como tratava, cautelosamente, do uso do cálculo de probabilidades nas análises, nacionalmente a concepção sobre o cálculo de probabilidades aparentava ser outra.

Frisa-se, portanto, esse contraste. Enquanto a estatística europeia estava no processo de assimilar o cálculo de probabilidades em seus procedimentos, uma vez que parte de seus estudiosos entendiam que residia nesse aspecto a capacidade de extrair regularidades nos eventos e, por conseguinte, organizar o governo para seguir em marcha regular; no Brasil, os cálculos de probabilidade ainda não eram considerados.

Diante da carência de números de Estado e diante de certa imprecisão nas

contagens, mais parece que a estatística era vista como uma forma de transmitir noções de quantidade por meio de tabelas e aritmética simples, pois o pensamento estatístico nacional, antes do censo de 1872, apresentava resistência tanto na complexificação do uso da matemática quanto no uso do cálculo de probabilidades.

Logo, toma-se o recenseamento imperial enquanto fruto de uma destacada operação estatística, ainda assim orientada por uma ciência de Estado oitocentista que empregava práticas contábil-registrais próprias de épocas anteriores.

Por outro lado, o censo de 1872, organizado pela Diretoria Geral de Estatística na década de 1870, certamente representou um momento de relevante contato da estatística como ciência de Estado, com o avanço dos ideais de quantificação mais próximos de outras ciências, visto que o recenseamento geral da nação implicava lidar com números cada vez maiores. Veja-se que, quanto maior as quantidades e os números se tornavam, mais difícil seria realizar o seu levantamento por meio de tabelas e garantir a integridade dos procedimentos contábeis.

Portanto, para que a quantificação pudesse avançar, o conceito de estatística precisaria modificar-se para dispor de outras concepções, métodos e instrumentos para a contagem de grandes números. Isso aconteceria somente na virada do século XIX para o século XX, passando então a assumir as feições que possui na atualidade.

Enfim, este estudo foi apenas uma pequena contribuição para iluminar melhor o percurso das noções de estatística entre as primeiras tentativas de promover um censo geral brasileiro e a sua efetiva realização, cerca de duas décadas depois. Novos estudos merecem ainda ser feitos, nessa mesma direção, sobre os desdobramentos de tal censo, assim como sobre as condições que viriam a guiar a introdução, em nosso país, de uma estatística portando contornos claramente modernos.

BIBLIOGRAFIA

- Alfonso-Goldfarb, Ana Maria & R. Bombini, "Pestes, Pragas e Outros Bichos: as Duas Grandes Epidemias de Londres (1348 e 1665)". *Circumscribere* 26 (2020): 8-29.
- Amorim, Celso. "Apresentação". In *Um Diplomata na Côrte de Inglaterra: o Barão do Penedo e sua Época*, de Renato Mendonça. Brasília: Senado Federal, 2006.
- Beaud, Jean-Pierre & Jean-Guy Prévost. "La Forme est le Fond: La Structuration des Appareils Statistiques Nationaux (1800-1945)". *Revue de synthèse*, v.118, n.4 (1997): 419-456.
- Bethell, Leslie. "O Brasil da Independência a Meados do Século XIX" In *História da América Latina. Da Independência a 1870*, 695-769. Org. Leslie Bethell. São Paulo: EDUSP, 2018.
- Brian, Eric. "Bibliographie des Comptes Rendus Officiels du Congress International de Statistique (1853-1878)". *Annales de Démographie Historique*, 469-479. Paris: Editions Belin, 1990.
- Camargo, Alexandre de Paiva Rio. "O Censo de 1872 e a Utopia Estatística do Brasil Imperial." *História Unisinos* 22, nº3 (2018): 414-428.
- _____. "A Construção da Medida Comum: Estatística e Política de População no Império e na Primeira República." Doutorado em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (2016): 421.
- Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020.
- Castanheira, Maria Zulmira. "Exílio e Escrita de Viagem ao Tempo do Liberalismo". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n. 29, p. 183-215, 2020.
- Chalhoub, Sidney. "População e Sociedade" In *A Construção Nacional 1830-1889. História do Brasil Nação: 1808-2010*, Lilia Moritz Schwarcz, org. Vol. 2. São Paulo: Editora Objetiva, 2012

- Charlier, Roger H. "Fratres in Maribus 150 Years Ago". *Journal of Coastal Research*. Winter 20, nº1, (2004): 347-350.
- Cussó, Roger. "La Quantification Internationale à la Lumière de la SSP et des Congrès Internationaux de Statistique: Continuités et Ruptures" *Electronic Journ@l for History of Probability and Statistics* 6, nº2 (2010): 1-19.
- De Mendonça, Renato. *Um Diplomata na Côte de Inglaterra: o Barão do Penedo e sua Época*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- De Paula, João Antônio. "O Processo Econômico" In *A Construção Nacional 1830-1889. História do Brasil Nação: 1808-2010*, Lilia Moritz Schwarcz, org., vol. 2. São Paulo: Editora Objetiva: 2012
- Dias, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*. São Paulo: Editora Alameda Editorial, 2005.
- Foucault, Michel. *A Verdade e As Formas Jurídicas*. Trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- Ferraz, Márcia H. M., Ana M. Alfonso-Goldfarb & Silvia Waisse. "Science and History of Science: Between Comte and Canguilhem." *Transversal: International Journal for the Historiography of Science* 4 (2018): 108-117.
- Ferreira de Oliveira, Maria Luiza. "O Ronco da Abelha: Resistência Popular e Conflito na Consolidação do Estado Nacional, 1851-1852". *Almanack braziliense* 1 (2005): 120-127.
- Fox, Robert. "Science Without Frontiers. Cosmopolitanism, National Interests, and Learned Culture, 1870-1940". *Physis: Rivista Internazionale di Storia della Scienza* 51 (2016): 5-18.
- Magri, Dirceu. "De Almanach a Almanak: um Olhar Sobre Dois Importantes Almanques." *Convergência Lusíada* 32, nº46 (2021): 230-258.
- Marcílio, Maria Luiza. "Os Registros Paroquiais e a História do Brasil." *Varia História* 31 (2004): 13-20.
- Mattos, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

- Mattos, Renato. "Redes de Negócios e Laços Familiares: a Atuação Mercantil da Família Andrada às Vésperas da Independência do Brasil." *Redes* 35, nº3 (2022): 1-17.
- Morici, Riccardo Vanni. "Os Diagramas da Demanda de Alfred Marshall e a Estatística." Tese de doutorado em História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.
- Murilo de Carvalho. *Construção da Ordem e o Teatro das Sombras*. 15ª ed. Cidade: Editora Civilização Brasileira.
- Porter, Theodore M. *The Rise of Statistical Thinking, 1820-1900*. Princeton: University Press, 2020.
- Randeraad, Nico. "The International Statistical Congress (1853-1876): Knowledge Transfers and their Limits." *European History Quarterly* (2011): 50-65.
- Santos, Júlio Cesar Paixão. "A Circulação de Ideias de Estatística no Segundo Reinado: Periodismo, Discurso Científico e Ciência Biomédicas no Rio de Janeiro (c.1840-1870)." Tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, 2017.
- Senra, Nelson. *História das Estatísticas Brasileiras – Estatísticas Desejadas (1822-c.1889)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. v.1.
- Soares, Luiz Carlos. "Sebastião Ferreira Soares e a Introdução da Ciência Estatística no Brasil do Século XIX" *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 467 (2015): 149-182.
- Thomas, K.. "Numeracy in Early Modern England". *Transactions of the Royal Historical Society* 37 (1987): 103-132.
- Varela, Alex Gonçalves. "Um Manuscrito Inédito do Naturalista e Político Martim Francisco Ribeiro de Andrada." *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 14 (2007): 973-990.
- Zipernovszky, Hanna. "Parish Records as a Source for Comparative Pedagogical Research." *Scriptum* (2002): 46-55.

Documentos

Brasil, Decreto nº 797 de 18 de Junho de 1851.

Brasil, Decreto nº 907, de 29 de Janeiro de 1852.

Brasil, Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871.

Brasil, decreto nº 4.856, de 30 de dezembro 1871.

Brown, Samuel. *Report on the International Statistical Congress, Held at Vienna, September, 1857*. Acessado em 14 de outubro de 2022. <https://www.jstor.org/stable/2338209>.

Collecção de Mappas Estatísticos do Commercio e Navegação do Imperio do Brasil no Anno Financeiro de 1841-1842. Memória Estatística do Brasil. Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro. Acessado em 10 de outubro de 2022. <http://memoria.org.br/pub/meb000000383/00001/00001001.pdf>.

Comte, Auguste. *Cours de Philosophie Positive*. Paris : Rouen Frerès, 1830.

Ferreira Soares. *Elementos de Estatística: Compreendendo a Theoria da Sciencia e a Sua Applicação a Estatística Commercial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

Hammarck, James T. *Report to the Statistical Society on the Proceedings of the Fourth Session of the International Statistical Congress, 1-21*. London, July, 1860/ 1861. Acessado em 22 de outubro de 2022. <https://doi.org/10.2307/2338408>.

Lago, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística Historica-Geografica da Provincia do Maranhão: Oferecida ao Soberano Congresso das Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Monarchia Portugueza*. Lisboa: Typ. Academia Real das Sciencias, 1822. Acessado em 22 de outubro de 2022. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0528/bndigital0528.pdf.

Lei nº1.507, de 26 de setembro de 1867.

Levi, Leone. *Resume of the Second Session of the International Statistical Congress Held at Paris, September, 1855*, 4. Acessado em 14 de outubro de 2022. <https://doi.org/10.2307/2338170>.

_____. *Resume of the Statistical Congress, Held at Brussels, September 11th, 1853, for the Purpose of Introducing Unity in the Statistical Documents of all Countries*. Acessado em 14 de outubro de 2022. <https://doi.org/10.2307/2338170>.

Quetelet, Adolphe Jacques Lambert. *Sur l'Homme et le Développement de ses Facultés, ou Essai de Physique Sociale*, vol. 2. Paris: Bachelier, Imprimeur-Libraire, 1835. Acessado em 3 de outubro de 2022. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k81570d.texteImage>.

Websites

“Senado Notícias”. Acessado em 27 de outubro de 2022. <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>

“Histoire de l’Observatoire”. Acessado em 25 de julho de 2022. <https://www.astro.oma.be/fr/informations/histoire-de-observatoire/>.

“Adolphe Quetelet”. Acessado em 25 de julho de 2022. http://quetelet.oma.be/fr/1826_b11

“Candido Mendes de Almeida”. Acessado em 28 de outubro de 2022. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/28/browse?value=Almeida%2C+Candido+Mendes+de%2C+1818-1881&type=author>.